

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Laíze Fernanda Assis da Silva

VIVÊNCIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR: uma
análise das relações de poder e controle de corpos sob a ótica de Michel Foucault

Belém
2019

Laíze Fernanda Assis da Silva

VIVÊNCIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR: uma
análise das relações de poder e controle de corpos sob a ótica de Michel Foucault

Trabalho de Curso (TC) apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).

Orientador: Prof. Msc. Thiago Augusto Galeão Azevedo

Belém

2019

Laíze Fernanda Assis da Silva

VIVÊNCIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR: uma
análise das relações de poder e controle de corpos sob a ótica de Michel Foucault

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Direito do
Centro Universitário do Estado do Pará
(CESUPA).

Banca examinadora:

Apresentado em: ___/___/___

_____ - Orientador

Prof. Msc. Thiago Augusto Galeão Azevedo

Centro Universitário do Estado do Pará

_____ - Examinador (a)

Centro Universitário do Estado do Pará

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente tenho que agradecer a Deus, por me dar todos os dias a oportunidade de estar ao lado das pessoas que amo, me dando força nos momentos difíceis e ter me permitido chegar até aqui, por nunca ter me deixado desistir e me mostrar que sou forte o suficiente por ter vencido os obstáculos que enfrentei ao longo desses anos;

Agradeço em especial à minha mãe Lúcia Assis, por ter me proporcionado a realização de um sonho e ter segurado na minha mão e confiando no meu potencial quando eu mesma não acreditava;

A toda minha família, à minha irmã Adrielle Brito, ao meu padrasto Ray Matos, aos meus avós Maria José e José Cunha (*in memoriam*), às minhas tias Delma Maria e Marinalva Gomes e à minha prima Leila Brito e a todos que contribuíram, por tudo que fizeram por mim até hoje, sem estas pessoas eu certamente não estaria aqui, vocês foram imprescindíveis para essa conquista, me faltam palavras para expressar o quanto vocês são fundamentais na minha vida, um muito obrigada vai ser sempre pouco pra exprimir essa minha eterna gratidão;

Aos meus maravilhosos amigos que contribuíram direta e indiretamente até aqui, felizmente tive a sorte de tê-los ao longo desses anos, vocês foram incríveis! Obrigada por todos esses anos juntos, de muita paciência, risadas, momentos tensos e até mesmo pequenos desentendimentos. Quero que vocês saibam que tudo valeu a pena e que esse “caminho das pedras” tornou-se um pouco mais leve, porque tinha vocês caminhando junto comigo, a cada dia, a aula, nota e aprovação. Vocês são partes integrantes da minha vida, da minha história e sei que nossa amizade transcenderá os limites desta douta instituição;

Ao meu querido orientador Prof. Msc. Thiago Galeão, por ter estendido sua mão a mim, quando eu estava completamente perdida e confusa na escolha de que caminho seguir para a elaboração deste trabalho, por meio de orientações ainda informais desde a preparação do pré-projeto até a conclusão desta monografia;

Por fim, quero agradecer ao Centro Universitário do Estado do Pará por todo o suporte prestado ao longo dessa jornada e também a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse concluir esta monografia defendendo meu posicionamento, aquilo que considero correto e acima de tudo justo.

“Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar as concepções teóricas de Michel Foucault, no que tange às análises de poder e construção do dispositivo da sexualidade como espécies metodológicas de controle de corpos e exclusão social de indivíduos desviantes às regras comportamentais socialmente aceitas. Tais entendimentos serão aplicados como forma de demonstrar a discriminação e obstáculos que travestis e transexuais sofrem nos espaços sociais, especialmente em suas experiências como estudantes de instituições educacionais de ensino básico e superior. Assim, a presente pesquisa irá debater as variadas vertentes de poder sob uma perspectiva foucaultiana, as quais influenciam diretamente na marginalização de indivíduos desviantes às normas de gênero impostas por um sistema heteronormativo. Têm-se como objetivo discutir as consequências oriundas desse exercício de poder, que resultaram em altos índices de violências e mortalidade da população trans, gerando uma perspectiva de vida precária. Ademais, buscar-se-á refletir sobre esta problemática para que, de certa forma, proporcione certa visibilidade a esta população vulnerável. Nesse sentido, o trabalho foi realizado a partir da análise bibliográfica de filósofos e teóricos que versam sobre questões de gênero e sexualidade, e também de levantamento de dados disponibilizados por ONGs e depoimentos de estudantes da cidade de Belém-PA.

Palavras chave: Filosofia política; relações de poder; identidade de gênero; sexo e sexualidade.

ABSTRACT

This work aims to evaluate the theoretical conceptions of Michel Foucault regarding the analysis of power and construction of the device of sexuality as methodological species of control of bodies and social exclusion of deviant individuals to socially accepted behavioral rules. Such understandings will be applied as a way of demonstrating the discrimination and obstacles that transvestites and transsexuals suffer in social spaces, especially in their experiences as students of educational institutions of basic and higher education. Thus, the present research will debate the various aspects of power from a Foucaultian perspective, which directly influence the marginalization of deviant individuals to the norms of gender imposed by a heteronormative system. The objective is to discuss the consequences of this exercise of power, which have resulted in high rates of violence and mortality of the trans people, generating a precarious life prospect. In addition, it will be sought to reflect on this problem so that, in a way, it provides a certain visibility to this vulnerable population. In this sense, the work was carried out from the bibliographical analysis of philosophers and theorists that deal with issues of gender and sexuality, as well as data collection provided by NGOs and testimonies of students from the city of Belém-PA.

Keywords: Political philosophy; Power relations; gender identity; sex and sexuality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	ANÁLISE HISTÓRICA DE PODER E SEXUALIDADE.....	12
2.1	Conceito de Sexo e Gênero.....	12
2.2	Relação de poder: biopolítica das populações e biopoder.....	18
2.3	Poder e Sexualidade.....	21
2.4	Negação da Hipótese Repressiva.....	24
2.5	Ciência do Sexo.....	28
3	EXCLUSÃO SOCIAL DE DIFERENTES EXPRESSÕES DE GÊNERO.....	35
3.1	Distinções acerca da identidade de gênero e orientação sexual.....	36
3.2	Índices nacionais de violência contra pessoas trans.....	38
3.3	Preconceito e violência nas vivências escolares.....	44
3.4	Relação de corpos trans no meio acadêmico.....	51
4	O GOVERNO DE CORPOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES E ACADÊMICAS SOB A ÓTICA FOUCAULTIANA.....	59
4.1	A formação de corpos dóceis como mecanismo de controle.....	60
4.2	Influência do poder panóptico no cenário trans.....	64
4.3	Biopolítica e a presença trans nos espaços educacionais.....	69
5	CONCLUSÃO.....	80
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE B.....	89

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o dia 29 de janeiro foi intitulado como o Dia Nacional da Visibilidade Trans, data simbólica escolhida para lembrarmos das marginalizações e violências sofridas por pessoas que perpassam pela transexualidade e travestilidade como formas de exprimir suas identidades no ambiente social e permitindo pensar, inclusive, que estes indivíduos, ou pessoas transgêneros em geral, compõem um quadro problemático de minorias.

Transexuais e travestis são pessoas que sequer estão no rol de contabilização demográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois vivenciam uma invisibilidade social tão elevada ao ponto de não conhecermos dados específicos ou oficiais sobre esta população. É uma realidade que conseqüentemente não proporcionará a estas pessoas acesso e garantia de direitos oriundos de uma sociedade democrática e estruturada à luz da dignidade da pessoa humana, um dos princípios constitucionais mais importantes da Carta Magna.

São indivíduos que sofrem uma extrema invisibilidade e vulnerabilidade social por não corresponderem às regras de sexualidade e identidade de gênero que fora historicamente imposta, motivo este que ensejará no cerceamento cotidiano de suas vidas e no alto grau de marginalização, inclusive no que tange a educação e qualificação profissional, visto que uma significativa parcela desta população sobrevive através da prostituição, o principal meio de aceitação no mercado de trabalho e de conseguir recursos financeiros para seu auto-sustento.

Por outro lado, diante de toda a precariedade social apontada, também se denota situações onde estes indivíduos conseguem se sobressair dessa realidade. Por intermédio das redes sociais e por veiculação de notícias na internet, encontramos relatos de transexuais ou travestis que conseguem se inserir no mercado de trabalho formal; seja esse labor realizado em lojas de grandes empresas varejistas ou em supermercados, a exemplo.

No entanto, o que se questiona é a qualidade com que estas oportunidades de empregos são postas, pois o que se vê são casos em que pessoas transgêneros não ocupam lugar de prestígio no mercado de trabalho; o que comumente é visto, como noticiam-se na mídia, são situações onde estes indivíduos ocupam lugares de pouco notoriedade – seja atendente de caixa, auxiliar de serviços e demais setores – ou de como muitas destas pessoas desistem de estarem presentes em ambientes educacionais e/ou com uma profissão qualificada pois ainda sim sofrem, em muitos casos, com uma dura repressão.

Têm-se, portanto, certa dificuldade em obter dados qualitativos de pessoas trans no que tange à inserção destas nos ambientes educacionais. À vista disso, o presente estudo

discutirá a existência de certos obstáculos ao ingresso e permanência de transexuais e travestis no ensino superior, de onde ainda pouco se vê essa diversidade de corpos no meio acadêmico, bem como as influências das relações de poder da teoria de Michel Foucault como possíveis contribuintes de empecilhos e discursos que pairam as vivências trans no corpo social, como posto pelo autor: de que os estabelecimentos desses mecanismos de dominação estão situados desde o século XVIII e perpetuam até os dias atuais.

Diante deste cenário, buscaremos respostas aos seguintes questionamentos: Como a história do sexo e sexualidade influenciou na formação das sociedades modernas? Como o dispositivo da sexualidade foi utilizado como fundamento para as manifestações de poder e como ensejou na produção de um discurso da “verdade” para controlar corpos sexuais? Como os preceitos de poder disciplinar e biopoder contribuíram para a exclusão social de transexuais e travestis? E, por fim, como essas relações de poder são postas nas instituições de ensino básico e superior para exercer domínio sobre corpos desviantes?

Desta forma, propõe-se um estudo acerca da política de controle de indivíduos e populações manifestado por autoridades detentoras do poder na sociedade, partindo da concepção foucaultiana de que este poder não se constitui como prerrogativa exclusiva do Estado, mas também de que outras entidades sociais são legítimas para efetivar o chamado governo de corpos sexuais, bem como pelo objetivo de demonstrar a importância destas mecânicas de poder para a difícil vivência transexual e travesti nas instituições escolares – inclui-se escolas e universidades –, antes que propagam determinados discursos e respeito às regras sociais.

Para tanto, após a análise histórica do sexo e sexualidade, destacaremos como esses preceitos resultaram na configuração do chamado dispositivo da sexualidade sob o fito de manipular o corpo social e coagi-lo a seguir certas condutas, propondo à luz de Foucault algumas etapas para estabelecimento do poder, como a negação da hipótese repressiva, onde estabeleceu-se que as pessoas não deveriam abordar o sexo, bem como pelo instrumento da confissão como forma de conhecer o íntimo das pessoas – os dominados – que sob uma lógica de “pecado” do sexo e entre outras disposições.

Em seguida, demonstramos determinados dados de violência física, verbal e taxa de mortalidade no Brasil e no Mundo, bem como depoimentos – de alunos trans em diversas escolas do âmbito nacional – disponibilizados por estudos de organizações que promovem direito à cidadania de transexuais e travestis, e, por fim, breves depoimentos concedidos em entrevistas realizadas com estudantes trans de universidades da cidade de Belém-PA, para discutirmos qualitativamente a problemática levantada.

E, por último, buscamos relacionar as estatísticas apresentadas com as teorizações de Foucault, sobretudo no que tange às políticas de poder disciplinar, do dispositivo panóptico e no surgimento da biopolítica de populações, como potenciais mecanismos de controle que impera desde o surgimento do sistema capitalista de produção.

2 ANÁLISE HISTÓRICA DE PODER E SEXUALIDADE

É importante explanarmos, a priori, sobre o processo histórico em que sexo e sexualidade passaram a ser vistos como peças fundamentais para o estabelecimento de determinados atos de poder. Assim, esclareceremos de que modo as questões oriundas do sexo pautaram a construção do dispositivo da sexualidade, incluindo a percepção do poder disciplinar, que instituiu o *Panopticon*, e, posteriormente, de como o referido dispositivo influenciou a tática do biopoder para controle das grandes massas populacionais.

2.1 Conceitos de Sexo e Gênero

Em um primeiro momento, é necessário esclarecer determinados conceitos para a melhor compreensão da problemática levantada. Para isso, faz-se essencial fazer breves considerações a respeito das definições existentes acerca de sexo e gênero, assim como tais disposições influenciam na exteriorização de desejo sexual. Assim, o professor Thiago Augusto Galeão de Azevedo, em sua reflexão intitulada como *A desnaturalização do sexo, gênero e desejo sexual, à luz da teoria de Judith Butler*, inicia o debate:

Sexo, gênero e desejo sexual comumente são apresentados através de um ideal consequencial e de coerência, no sentido de que o sexo implica no gênero e este, por sua vez, implica no desejo sexual. Preleciona-se, portanto, que nascendo macho o indivíduo é considerado do gênero masculino e que terá desejo sexual por mulheres, por exemplo. Trata-se de uma corrente teórica comum e disseminada, defensora da concepção de que o sexo é proveniente de heranças biológicas, ao ponto de que o indivíduo já nasce com um sexo pré-determinado. (GALEÃO, 2017, p. 254).

Em seu ensaio, Galeão (2017, p. 255) relata que um dos precursores desta vertente filosófica é o italiano Elio Sgreccia, que acredita na teoria de que o indivíduo, ao nascer, já está previamente vinculado a um sexo definido, não lhe cabendo outra escolha a não ser aceitar seu sexo nato; em outras palavras, o gênero se configura como uma consequência ao sexo, pois a origem daquele estaria, desde logo, vinculada à formação da genitália; se houver um pênis significa que o indivíduo será homem, por exemplo.

Quanto ao desejo sexual, Galeão (2017) relata que este também estaria ligado a tal lógica, uma vez que o indivíduo deve, em tese, sentir desejo sexual por pessoas de sexo oposto; aqui, pauta-se a percepção da heterossexualidade como norma padrão de conduta, conforme mais adiante será analisado, e também para instituir uma espécie de “coerência” do

que viria a ser estabelecido como normalidade. No entanto, esta idealização não condiz com o cenário da homossexualidade, conforme Sgreccia declara:

Existem várias definições de homossexualidade, entre elas uma que encontra amplo consenso entre muitos autores; trata-se de uma anomalia que consiste no ‘desvio de atração efetivo-sexual, pelo qual o sujeito sente atração por pessoas do mesmo sexo, podendo ter relações com ela. [...] A encyclopedia of Bioethics sublinha que se trata de ‘uma condição adquirida que é ao mesmo tempo psicológica e patológica’’. (SGRECCIA, 2004, p. 109 *apud* GALEÃO, 2017, p. 256).

São concepções como estas que contribuíram para a noção patológica da homossexualidade, quando o conservadorismo começou a procurar meios para inviabilizar manifestações sexuais diversas da lógica comum – heterossexualidade. Com a transexualidade, que será analisada adiante, considerou-se mais inadmissível e reprovável ainda, levando a crer que crises identitárias desta modalidade se configuravam como um transtorno mental que devia ser curado, posicionamento este que perdurou até junho de 2018, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade do rol de doenças mentais (G1, 2018, *online*).

Ao dispor sobre concepções foucaultianas de gênero e sexualidade, bem como sobre formas de transições de experiências identitárias, Berenice Bento em sua obra *O que é transexualidade*, de 2008, realiza uma breve introdução histórica acerca de sexo e gênero e de como estes conceitos influenciam em um sistema de controle que rege os denominados sujeitos normais/anormais da sociedade. Assim, Bento (2008) aduz que em meados dos séculos XVIII e XIX, o discurso científico pairava em torno de diferenças estritamente biológicas, entre homens e mulheres, que passaram a se destacar como instrumento político:

A luta para a construção de uma leitura dos corpos fundamentada na diferenciação radical entre os corpos-sexuados se impõe hegemonicamente no século XIX, propiciando a emergência de novas subjetividades e de novas identidades coletivas. No isomorfismo, a vagina era vista como um pênis invertido. O útero era o escroto feminino; os ovários, os testículos; a vulva, um prepúcio e a vagina, um pênis invertido. **A mulher era fisiologicamente um homem invertido que carregava dentro de si tudo o que o homem trazia exposto.** (BENTO, 2008, p. 26, grifo nosso).

Bento (2008) ressalta que o século XIX elevou a discussão em torno do sexo e ciência, ao analisar as desigualdades metódicas existentes entre corpos de homens e mulheres, para só então diferenciá-los, sendo assim, a autora entende que é um discurso que se baseia não só no julgamento de condutas, mas também na afirmativa de que o feminino e o masculino são

drasticamente diferentes, desde a espessura do corpo até a estrutura psíquica, ou seja, nada tem em comum exceto a prática do ato sexual, o único encontro possível entre ambos.

Na mesma lógica, Bento (2008) suscita a vertente da teórica Monique Witting, a qual afirma que a heterossexualidade não se constitui somente como prática sexual, mas também como mecanismo de poder do discurso heterocentrado, reforçando a opressão dicotômica existente entre heterossexualidade e homossexualidade.

Depreende-se, então, que a noção de homossexualidade foi inicialmente tida como uma anomalia, de onde se impôs um modelo de padronização que deveria ser seguido socialmente, qual seja a heterossexualidade. Portanto, as atrações sexuais dos indivíduos se restringem a pessoas de sexo oposto, isto é, na formação de casais constituídos por homem e mulher (BENTO, 2008). Nos casos de transexuais e travestis, a situação se grava na medida em que estes indivíduos se apresentam como pessoas do gênero oposto, principalmente em seu modo de vestir, usando roupas femininas ou masculinas, mudam a voz, passam a usar peruca em alguns casos, e dentre outros manifestos.

À luz da filosofia de Judith Butler, especialmente em sua obra *Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade*, de 2003, a divisão existente entre os pressupostos de sexo e gênero será elucidada a partir do pensamento de que tais se configuram com base em hipóteses especialmente distintas; enquanto o sexo se restringe à questão biológica e tão somente à genitália a qual fora determinada ao indivíduo desde o seu nascimento, o gênero seria construído culturalmente.

Partindo destas concepções, a Butler (2003) traz questionamentos acerca das questões relativas à construção de gênero, quando consideravam-se que este se constituiria como consequências do sexo em seu sentido estritamente biológico, como a filósofa pontua abaixo:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, **a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e gênero culturalmente construídos.** Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplica-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. (BUTLER, 2003, p. 24, grifo nosso).

A partir disso, Butler (2003) inicia suas reflexões quanto à existência de um sistema binário, ou seja, um padrão heterossexual do qual estabelece compulsoriamente a existência de apenas dois sujeitos, quais sejam a figura masculina e a feminina, ou macho e fêmea; nessa

lógica, a autora questiona a história do sexo no sentido de que este se fundaria da mesma forma pela qual se entende como *gênero*: através de um processo cultural.

Butler (2003) analisa a origem do sexo no que tange à sua genealogia, em vista de que é comumente confundido do que se compreende por gênero, pois não haveria qualquer distinção entre ambos os conceitos; assim, sexo é classificado como uma instituição *pré-discursiva*, pois quando o descreve na qualidade de “superfície neutra”, em que se refletem valores ou costumes culturais, este estaria pautada na crença cuja procedência é tão culturalmente produzida quanto à hipótese de gênero.

Por via de consequência, acabaria resultando em um ambiente favorável ao estabelecimento do sistema binário, que se pauta na ideia de que todas as determinações sociais estão ligadas a esta disposição inicial do indivíduo: o gênero como reflexo do sexo, característica que irá reger a posição do sujeito na sociedade, como aduz Bento (2008). Será o estabelecimento deste sistema binário de gênero que reforçará a lógica heterossexual de dominação, resultando em altos índices de mortalidade da população trans, conforme aduziremos no próximo capítulo.

Nesse sentido, Galeão (2017) relata que diferente do que Foucault preleciona ao afirmar a existência de um corpo antes do discurso, Butler (2003) acredita que o corpo é moldado a partir de discursos heterossexuais e heterossexistas de poder, ratificando as concepções teóricas de Monique Witting – filósofa feminista, cujo sua vertente versa sobre questões de gênero e heteronormatividade – e defendendo a tese de que não existe corpo natural, pois sobre este sempre incidirá um discurso preexistente fundado em valores morais e culturais da sociedade.

Galeão (2017, p. 266) sustenta a noção de *performance*, de Butler (2003), no sentido de que o gênero “é entendido como performativo, uma vez que não é elemento natural, e sim formado por atos repetidos, produzidos por uma estrutura heterossexual e heterossexista”; desta feita, Butler (2003) argumenta que gênero é considerado um *fazer* na medida em que o indivíduo simula a identidade imposta por essa estrutura de dominação heterossexista.

A filosofia de Butler justifica a expressão transexual de existência, uma vez que são homens que passam a se vestir como mulheres, por exemplo, hipótese até então inimaginável, pois homens devem, em tese, performar masculinidade. Por esta razão, estes sujeitos são colocados à margem do corpo social, como forma de reprimi-los, cabendo, inclusive, a construção de dispositivos e discursos que possuem o objetivo de conter estas demandas, ou em outras palavras, de dominar pessoas que não obedecem a uma ordem normativa de gênero, considerando-os como pessoas anormais e doentes.

Neste diapasão, Pierre de Bourdieu em seu livro *A dominação masculina*, de 2002, aborda a ideia de construção social como ordem que rege o mundo, inclusive as noções de corpo e suas consequentes diferenças biológicas; ocorre que este programa social é baseado em um pensamento androcêntrico no qual supervaloriza o corpo masculino e suas consequentes diferenças anatômicas, principalmente no que tange aos órgãos sexuais.

Bourdieu (2002) preconiza que estas diferenças acabariam sendo usadas para justificar um tratamento discriminatório entre gêneros, ou seja, as distinções anatômicas são oriundas de uma visão sociocultural que reflete na noção morfológica estruturada, por sua vez, através de símbolos relacionados à fecundidade:

[...] a construção social dos órgãos sexuais registra e ratifica simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis: ela contribui, assim, juntamente com outros mecanismos, dos quais o mais importante é, sem dúvida, como vimos a inserção e cada relação [...] em um sistema de relações homólogas e interconectadas, para converter a arbitrariedade do *nomos* social em necessidade de natureza. (BOURDIEU, 2002, p. 22).

Desta feita, esse discurso androcêntrico constrói uma espécie de princípio masculino que irá nortear tudo o que rege no mundo, como ao afirmar, por exemplo, que a vagina nada mais é que um falo invertido, assim como a figura do corpo masculino e do feminino, que passam a ser vistos como duas variantes, uma superior e outra inferior, de acordo com Bourdieu (2002).

Para Bourdieu (2002), essa construção social que institui o falo como símbolo de virilidade e honra do homem, assim como regula as diferenças biológicas entre ambos os sexos dispondo-os em uma hierarquia aparentemente natural, acaba legitimando uma relação de dominação masculina fundada na percepção biológica construída socialmente.

Daí porque falamos que a sociedade associa a transexualidade e travestilidade a uma expressão de gênero aberrante, pois em casos de mulheres trans, quando a pessoa nasce com um pênis, mas se apresenta socialmente como uma mulher, dissociando sua identidade de seu corpo biológico, estes indivíduos estariam desafiando as normas masculinas, os quais deveriam sempre demonstrar virilidade.

Do mesmo modo, uma vez que o cenário trans não é abordado na sociedade, visto que esta população ainda sofre uma grande carência no sentido de ter visibilidade, o tema sobre gênero e sexualidade não é discutido de maneira que se possam prestar informações às pessoas. A sociedade ainda se mostra muito atrasada em discutir sobre o assunto, de modo que isso contribui diretamente para a invisibilidade trans no Brasil, que ignoram a

transexualidade. O que acontece em muitos casos é de vermos pessoas trans sendo associadas a homossexuais – gay e “sapatão”.

Nesta cena, homens trans – mulheres que se identificam socialmente como homens – não são vistas como “homem de verdade” e jamais alcançariam o mesmo status masculino que outros homens e, por consequência, na lógica da dominação masculina de Bourdieu, onde indivíduos masculinos devem demonstrar sua virilidade de maneira que possa ser “macho”, homens trans não poderiam receber o mesmo tratamento de homens com pênis.

Seguindo esta lógica, Bourdieu (2002) parte da ideia em que cria-se, em torno desta ordem masculina de poder, uma espécie de construção simbólica que controla as demais atividades e experiências que pairam o corpo masculino e feminino, como por exemplo, a divisão de trabalhos, as normas de condutas e postura corporal, de forma que atribuem uma hierarquia entre tais e exerce sobre a mulher certa marginalização ao impor-lhe tarefas e lugares inferiores aos homens.

Portanto, a identificação sexual imposta pelo sistema de dominação determina, inclusive, questões ligadas ao uso do corpo quando se infere aos homens atividades que estimulem a virilidade masculina, cabendo-lhes a tarefa de praticar atos perigosos e ríspidos, ao passo de que às mulheres se destina o dever de cumprir um papel de feminilidade, submisso, doce e delicado, geralmente exercido no âmbito doméstico (BOURDIEU, 2002).

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte. [...] E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2002, p. 45).

Esta relação de dominação acaba sendo ratificada pelos próprios corpos dominados para os quais são dirigidas essas normas sociais, ou seja, as mulheres internalizam a opressão que o corpo masculino, ora dominante, exerce, pois há uma relação de anuência desta sujeição como objeto natural e inerente à existência feminina (BOURDIEU, 2002).

O poder simbólico, como Bourdieu (2002) o classifica, se faz presente nas mais variadas regras sociais, desde o modo de se comportar, ao regular expressão corporal que os homens devem exercer para reafirmar sua virilidade e honra masculina, como nas divisões de trabalho e posição social na qual está incumbido de exercer seu poder dominante.

Têm-se, até os dias atuais, uma falsa concepção de que as mulheres aceitam pacificamente essa submissão, sob o pretexto de que escolhem e gostam de estarem nessa posição. Contudo, não se pondera que esta espécie de poder é exercida de forma sutil e está infiltrado desde as origens das sociedades que evoluíram ao longo da história, conforme aludia Bourdieu (2002).

Enquanto a mulher deve ser recatada e sensível, constituída de uma castidade e pureza para ser valorada e digna de fidelidade, o homem deve rechaçar tudo o que se assemelha a uma imagem femínea sob o fito de pôr em dúvida sua masculinidade e colocar em desestima sua bravura mediante outros homens (BOURDIEU, 2002). Sob um olhar masculino, se comparar a uma mulher é estar eivado de uma entidade negativa e vergonhosa, como se fosse uma desonra:

A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo. (BOURDIEU, 2012, p. 67).

A internalização do oprimido ao se identificar através de uma imagem menosprezada e desvalorizada advém de um sistema de repressão que possui raízes de coerção tão profundas que chegam a ser quase imperceptíveis ao senso comum, provocando efeitos duradouros que se confundem com a lógica natural de ordem social. Dizer que esse sistema de dominação masculina se reforça com uma suposta espontaneidade do corpo feminino como oprimido, é ignorar que esta violência simbólica gera efeitos tão atuais quanto à problemática exposta, resultando, inclusive, em um alto índice de violência contra as mulheres.

2.2 Relação de poder: biopolítica das populações e biopoder

Far-se-á uma análise da história da sexualidade a partir das concepções teóricas do filósofo francês Paul Michel Foucault (1926-1984), um dos precursores do debate acerca das relações de poder e suas conseqüentes influências no corpo social. Em sua obra *História da Sexualidade: a vontade do saber*, de 2005, o autor discute o desenvolvimento de diversos mecanismos de poder baseados em relações sociais, sua análise não se pauta exclusivamente na perspectiva central de controle do Estado, mas também na organização dos chamados micro-poderes, de grupos periféricos, como analisaremos adiante.

Assim, é necessário esclarecer as três formas de poder da teoria foucaultiana, segundo as quais são postas como poder soberano, poder disciplinar e biopolítica das populações, sendo que estas duas últimas formam o que Foucault viera a chamar de biopoder.

O poder soberano, conforme preleciona Foucault (2005, p. 127): “derivava da velha *patria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de ‘dispor’ da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha ‘dado’”. Foucault (2005) entende que é uma forma de poder que coordena o direito de vida e de morte dos que viriam a se caracterizar como súditos, onde, caso esta soberania venha a ter sua legitimidade contestada, será plenamente lícito que a figura do soberano utilize da vida de seus súditos para garantir sua própria proteção; é como se houvesse um direito indireto sobre a vida e morte dos subalternos:

O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como de “de vida e morte” é, de fato, o direito de *causar* a morte que tem condições de exigir. (FOUCAULT, 2005, p. 128).

Portanto, para Foucault (2005), o direito de vida e de morte é usado como proteção à vitalidade do soberano, pois este é quem detém o poder de determinar a morte como castigo, caso venha a ser desobedecido por seus súditos, e, sendo assim, entenderá que o poder detinha uma relação direta com a prerrogativa de sujeição da vida, como na peculiaridade dos mecanismos de confisco em que o ato de se apropriar de riquezas alheias era plenamente legal pela noção jurídica da época; tinha-se a ideia de que o direito era baseado em apropriação de bens materiais e imateriais – como serviços –, exercidos por quem dominava a sociedade.

Foucault (2005) descreve que estas condutas confiscas eram a principal forma de manifestação desse poder, porém, esse caráter deu espaço a outros mecanismos de controle e vigilância, passando a multiplicar forças e o direito de morte começou a ser tratado com base em leis de vida que regiam a sociedade, são questões, por exemplo, se deveria ou não manter a vida de determinados indivíduos.

Da mesma forma, Foucault (2005) relata que com a intensificação de guerras como estratégias estatais, a busca pela sobrevivência, em um sentido biológico das populações, ensejou em um poder político que deteve o cargo de gerir e causar a vida ou devolver a morte; o controle de corpos e de populações passou a ser executado em detrimento da vida, o direito de morte foi posto como uma fronteira ao soberano – uma vez que somente este podia retirar a vida de alguém – ou em outras palavras, como se fosse um direito limite e algo mais oculto à

existência dos sujeitos, pois o poder está encarregado de administrar os corpos e demais gerências da existência humana.

O poder político sobre a vida se fixou de dois modos: o primeiro, quando o corpo humano começou a ser visto sob uma ótica mecanicista, com a expansão de forças e aprimoramento de aptidões para tornarem os corpos úteis como força de trabalho; e o segundo momento, em meados do século XVII, quando o corpo tomou o caráter de “corpo-espécie” que se relaciona com seus aspectos biológicos e onde questões como o nascimento, longevidade, mortalidade podem ser variantes da qualidade e tempo de vida, como preconiza Foucault (2005).

Foucault (2005) entende que a lógica da bio-política das populações surgiu em um segundo momento, cena em que se desenvolveram diversas instituições voltadas para o controle de massas e também de onde se instalou preocupações inerentes aos próprios indivíduos, questões como problemas de natalidade e mortalidade serão discutidos nesta nova etapa, pois se permitiu que as discussões que até então se pautavam individualmente em torno das pessoas, passasse a percorrer sobre um âmbito coletivo.

Para a prática efetiva de controle dos cidadãos, Foucault (2005) preconiza que serão adotadas determinadas táticas de policiamento com o intuito de garantir o equilíbrio das populações através de um ambiente propício às manutenções de vida do ser humano, bem como pela proteção de sua existência; no biopoder, os mecanismos de controle social irão agir de coletivamente sob o escopo de manter certo domínio sobre a população e seus meios de vida, incidindo sobre este um modo positivo de autoridade.

Essas forças de poder, segundo Foucault (2005) se atentam ao corpo vivo do homem, são controvérsias que se voltam à existência humana em sentido biológico, pois são essas intermediações que se constituirão como objetos de domínio político; portanto, se instaura técnicas de poder ligadas aos acontecimentos típicos da vida humana, relacionando-se com o sistema jurídico e a lei como norma, onde desempenha papel regulador da vida.

Ademais, no livro *A verdade e as forma jurídicas*, de 2001, Foucault dispõe que a origem da pena e sobre suas técnicas de vigilância marcadas em instituições diversas, dentre elas: psicologia, pedagogia, medicina, criminologia e toda a rede de poder que se destoa do judiciário e que exerciam função de reprimir condutas anormais ou inapropriadas dos indivíduos.

Quando se afirma o novo ponto de fixação da vida, Foucault (2001) irá aduzir sobre um modelo de sociedade disciplinar, onde suscita o conceito de *Panopticon* – do filósofo e jurista Jeremy Bentham e que será explicado mais adiante – como uma forma de poder que

atinge todos os âmbitos sociais em que convivemos até hoje; “uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito: uma espécie de instituição que deve valer para as escolas, hospitais, prisões, casas de correção, hospícios, fábricas, etc”, aquando nas palavras de Foucault (2001, p. 87).

Introduziu-se com o *Panopticon* a espécie de saber-poder que se pauta na política de vigilância em torno da norma, pois aqui, os indivíduos serão usados como objeto e dominação a partir de seus espaços individuais, esse ambiente vai proporcionar o surgimento das ciências humanas, como a psicologia, sociologia e psiquiatria, que terão papel de estudar as pessoas como meio de se executar a ordem, de modo que ratifica os termos da sociedade panóptica, em que o panoptismo atua em nível de existência individual (FOUCAULT, 2001).

O panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. **É a forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção**, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. (FOUCAULT, 2001, p. 103, grifo nosso).

Portanto, Foucault (2001) irá entender que é uma característica das relações de poder que ensejará no ato de vigilância como oportunidade de controle, bem como que nesta perspectiva se insere a definição das penas e uso de espaços sociais como reclusão, que tiveram por objetivo moldar os indivíduos que se desviaram de regras de condutas na sociedade.

Foucault (2001) assemelha este dispositivo como uma forma de correção e de vincular as pessoas a aparelhos de produção no capitalismo recém-formado, se trata de um mecanismo que possui por finalidade tornar o corpo social mais obediente e mais útil e que “visava-se a majoração da utilidade e docilidade do corpo, através de um sistema de controle eficaz e econômico”, como descreve Galeão (2016, p. 13).

O sexo é um objeto importante desta disputa política, pois dá suporte às regulações de corpos e de populações em esferas da sociedade, sendo inclusive por esta razão que as práticas da confissão, que serão tratadas adiante, serão importantes instrumentos de controle político, econômico e moral, pois aponta certa governança e caráter biológico de determinado corpo social, sendo também táticas de vigilância constantes nas relações de micropoder sobre o sujeito (FOUCAULT, 2001).

Logo, a sexualidade, como será explorada ao longo deste capítulo, se encarrega de dar significado universal ao sexo e pôde proporcionar uma aproximação de ciências humanas e

biológicas produzindo um saber e uma espécie de poder, que funcionará a partir das noções sexuais.

2.3 Poder e Sexualidade

Partindo de análises já apresentadas, Foucault (2001) descreve que até o início do Século XVII, a prática de um discurso sobre sexo e sexualidade era transmitida sem receio e de forma deliberada entre os sujeitos, uma vez que este assunto era incentivado e abordado sem demasias entre os indivíduos:

As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se como ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalos entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam”. (FOUCAULT, 2001, p. 9).

Contudo, o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da burguesia trouxe a este cenário uma significativa mudança de paradigma na medida em que o discurso acerca do sexo passou a ser controlado e exercido somente no interior das residências familiares sob o escopo de reprodução, de maneira que a partir disso, a família conjugal se apoderou da função de procriar e impor um padrão normativo através da instituição de verdades; o tema sobre sexo e sexualidade passou a ser abordado, portanto, com certo tom de pudor e sigilo, onde o único lugar para reconhecer e aduzir sobre sexualidade é o quarto do casal, dado o teor de uma visão utilitária e fecunda que fora construída em torno do assunto, como aludiria Foucault (2005).

Sob outro vértice, as condutas que fogem à regra de “moral sexual” são condenadas à negação e à marginalização, uma vez que a manifestação dessas sexualidades, tidas como ilegítimas e anormais, devem ser silenciadas e oprimidas conforme os preceitos burgueses vitorianos dotados de um puritanismo moderno (FOUCAULT, 2005). Assim, a transexualidade, que embora seja uma identidade de gênero, será reprimida da mesma forma que a homossexualidade, pois, neste aspecto, ambos são tratados como “anormais”.

Assim, Foucault (2005) preleciona que esse contexto histórico possibilitou a construção de uma lógica de repressão na medida em que estas sexualidades são proibidas e reduzidas à inexistência, com a justificativa de que esses corpos não são úteis como força de trabalho para a produção do sistema capitalista; não geram lucros:

[...] se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitam reproduzir-se? (FOUCAULT, 2005, p. 11).

Por outro lado, Foucault (2005) relaciona que estas manifestações são toleradas em prostíbulos e centros de saúde, lugares em que tratarão clandestinamente o prazer da sexualidade reprimida; essa crescente repressão se dá no medo constante de desrespeito a estes discursos de modo que possa permitir o aparecimento da figura do anormal, ou seja, do indivíduo que se esquiva dessas regras de condutas fadadas a uma moral puritana e que acaba por gerar uma sensação de desconforto, sendo alvos recorrentes de juízos de valores da sociedade.

Podemos associar, neste aspecto, que em relação ao precário cenário trans, no qual induz que travestis e transexuais exerceram como única forma de renda o ato de prostituir-se, que embora neguem a existência desses sujeitos, os mesmos são procurados e levados em estima para induzir práticas sexuais periféricas.

O que se verifica, como Foucault (2005) relata, é que a configuração da repressão possui fortes ligações com os mecanismos de poder, saber e sexualidade, onde sempre incidirá um controle político e a partir disso essa deliberada repressão é sustentada através da dominação de um discurso que fora consolidado na história e política da Idade da Repressão no século XVII, onde se coincidiu com o desenvolvimento do capitalismo e incorporou na ordem burguesa recém-formada; a intensa repressão gerada em torno do sexo acabou por resultar em uma linguagem que fora adotada como ideal para abordar a temática da forma mais sutil possível, já que seu debate era socialmente proibido.

Um exemplo bastante claro é visto em Bourdieu (2002), quando o autor versa sobre o poder simbólico e esclarece que estes mecanismos sociais se tornaram tão enraizados culturalmente que podem, inclusive, ser vistos até os dias atuais, como em situações que é necessário a realização de exame vaginal feito por médicos do sexo masculino e estes usam formas de neutralização para lidar com o órgão sexual; se assemelha, assim, a uma forma de rito que trata a vagina como coisa, na condição de objeto que está dissociado da mulher:

Como se se tratasse de neutralizar simbólica e praticamente todas as conotações potencialmente sexuais do exame ginecológico, o médico se submete a um verdadeiro ritual visando manter a barreira, simbolizada pela cintura, entra a pessoa pública e a vagina, jamais vistas simultaneamente: em um primeiro momento, ele se dirige a uma pessoa, face a face; a seguir, após a pessoa ter-se despidido para ser examinada, em

presença de uma enfermeira, ela a examina, deitada e recoberta por um lençol que lhe cobre a parte superior do corpo, observando a vagina como algo dissociado da pessoa e, por tal, reduzida à condição de coisa, em presença da enfermeira, a quem ele faz suas observações, falando da paciente em terceira pessoa; enfim, em um terceiro momento, ele se dirige novamente à mulher, que já se vestiu de novo fora de seus olhares. (BOURDIEU, 2012, p. 25, grifo nosso).

Além disso, Foucault (2005) acredita que a proibição do discurso se fundamenta na apologia que fora criada a partir da ideia de que a livre alusão ao sexo traria um sentimento de felicidade e prazer ao viver abertamente a sexualidade; é a ligação entre sexo e verdade que constrói o discurso, uma vez que ambos estariam vinculados de forma tão intensa que o sexo serviria de base para a instituição de um discurso da verdade.

Foucault (2005) preleciona que esse discurso sobre o sexo passa a interferir em todos os âmbitos sociais, inclusive na economia do recém-surgido sistema capitalista e que vêm a influenciar, inclusive, na construção jurídica da sociedade, e de “[...] dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. [...] Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os ‘interesses’ discursivos que a sustentam”, como nas palavras de Foucault (2005, p.13-14).

Portanto, Foucault (2005) questiona em *História da sexualidade: a vontade de saber* não somente a origem da repressão, mas também os efeitos que a mesma causou na construção das sociedades modernas em que atualmente vivemos e em como o sexo foi reduzido a uma natureza pecaminosa a partir de concepções puritanas modernas, permitindo a existência de uma tormenta entre a relação antagônica em querer falar sobre sexo, mas não poder exercer esse ato em detrimento da repressão e abuso de poder que recai sobre o indivíduo.

É essa lógica de repressão, a qual fixou raízes sólidas no decorrer da história da humanidade, que permitiu o levantamento da hipótese repressiva, conceito utilizado por Foucault e que será tratado adiante, como potencial mecanismo do exercício de poder e que estaria intrínseco à sua existência.

2.4 Negação da Hipótese Repressiva

Dando continuidade às análises históricas, segue-se a linha de raciocínio foucaultiana quanto à existência de uma hipótese repressiva de sexualidade. No que tange ao controle do discurso sobre sexo e sua conseqüentemente dominação no uso da linguagem – onde haveria um pudor excessivo dotado de certos tons de hipocrisia pelas sociedades burguesas do século

XVII –, tais mecanismos de poder tornaram a denominação do sexo ainda mais complexa, como será analisado.

Para Foucault (2005), essas regras de controle social na imposição de condutas ao indivíduo ou até mesmo na imposição do silêncio ao se tratar de sexualidade, resultou em um instrumento chamado de *polícia dos enunciados*: não basta reprimir o discurso do sexo, deve-se também controlar as formas como esses enunciados são expressos, pois suas manifestações não podem de modo algum ser transmitidas de maneiras vulgares na sociedade vitoriana.

Desse modo, Foucault (2005) preleciona que a repressão exacerbada a qualquer manifestação de teor sexual gerou efeitos colaterais contrários ao que se pretendia, onde, a partir do século XVIII, essa inversão resultou em uma incitação ainda maior em falar acerca do sexo, de maneira que não houve formas de conter sua proliferação; o fato destas condutas se sobressaírem ao exercício do poder acabou multiplicando a vontade de abordar esse assunto, que era até então considerado indecente e não mencionável abertamente, segundo preceitos que o reduziram, anteriormente, ao silêncio.

A incitação institucional em falar sobre sexo e o incentivo que fora lhe dado acabou se constituindo como um objeto de incidência de poder, o qual deu azo ao nascimento da confissão como um instrumento de controle, onde ouvir e falar sobre o tema se fez necessário na medida em que o seu exame minucioso permite uma maior eficácia de policiamento, uma vez que não há somente uma proibição em falar sobre sexo e sexualidade, mas também um incentivo em sua abordagem para impor aos indivíduos uma consciência de pecado (FOUCAULT, 2005).

Foucault (2005) relata que os princípios cristãos que regeram o século XVIII instituíram regras comportamentais oriundas do mecanismo da confissão; passou-se a considerar qualquer insinuação da carne como um produto oriundo de práticas pecaminosas. O autor alude que a noção da penitência foi valorada de forma tal que, para um exercício efetivo do poder de polícia, só se poderia aplicar o conceito do pecado caso as instituições tivessem profundo conhecimento das relações cometidas no interior das residências e intimidade dos sujeitos, são essas práticas sexuais que serão vistas sob uma perspectiva de ato pecaminoso (FOUCAULT, 2005).

É por esse motivo que há uma instigação do discurso em dizer os mínimos detalhes dos atos sexuais praticados, é para conhecer o indivíduo e reduzir-lhe a uma condição de pecador, aplicando-lhe uma penitência; nesse sentido, a nova pastoral católica determinou absolutamente tudo deve ser mencionado, sem demasias e nem prudências, pois todas as

esferas que envolvem o corpo sexual são vistas como estímulo para o cometimento de pecados (FOUCAULT, 2005). Nas palavras do filósofo:

Coloca-se um imperativo: não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso. Se for possível, nada deve escapar a tal formulação, mesmo que as palavras empregadas devam ser cuidadosamente neutralizadas. (FOUCAULT, 2005, p. 24).

Assim, Foucault (2005) entende que os preceitos cristãos tiveram papel de esmiuçar o discurso do sexo através da palavra, impondo condutas, sanções e demais mecanismos de controle de corpos para que sejam úteis na sociedade burguesa, havendo, sob outra perspectiva, o nascimento de um incentivo político, social e econômico ao falar de sexo, partindo da noção de que este pode ser administrado, não somente no sentido de reprimi-lo, mas também de modo que recaia em um discurso racional de inserção de um padrão moral aos demais indivíduos.

Em meados do século XVIII, esta prática instalou a ideia de “polícia do sexo: a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”, conforme preleciona Foucault (2005, p. 28), na qual não estaria vinculada somente ao seu sentido repressivo, mas também no mecanismo coercitivo de como o sexo deve ser tratado, sob quais justificativas e condições esse segredo será abordado (FOUCAULT, 2005).

Para Foucault (2005), havia três instrumentos de controle que regiam as sociedades até o final do século XVIII: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil que determinavam normas sexuais de modo a instituir o que seria lícito e ilícito; esse sistema foi voltado, inicialmente, ao sexo conjugal, pois focava-se na relação matrimonial como um modelo socialmente aceito de sexualidade, pois era principalmente sobre a figura do casal que se exigia as confissões detalhadas, eis onde se incidia as demasiadas restrições:

Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação. Na lista dos pecados graves, separados somente por sua importância, figuravam o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a “carícia” recíproca. Quanto aos tribunais, podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade. (FOUCAULT, 2005, p. 39).

Assim, denotou-se que o discurso em torno da sexualidade resultou na inserção de uma noção de perversão nas sociedades do século XIX, de onde começa a surgir o conceito de

heterogeneidade sexual, assim como a monogamia heterossexual passa a ser mais discreta (FOUCAULT, 2005).

Fala-se cada vez menos da sexualidade do casal, reduzem-lhe gradativamente ao silêncio e abrem espaço para a fixação de outro discurso: a sexualidade das crianças, dos loucos e criminosos, têm-se o enfoque nestas figuras com o fito de não necessariamente lhes obrigar à confissão, mas de ao menos escutá-las e será nesse contexto que se insere a lógica de *sexualidades periféricas*, sendo uma relação de contra-natureza: é a sodomia, o adultério, o sadismo, a violação contra cadáveres, ideia de devassidão, libertinagem e perversão, como bem pontuou Foucault (2005).

Neste cenário, Foucault (2005) relata que a marginalização de pessoas que se inserem em tais descrições é de indivíduos que não correspondem a uma relação heterossexual normativa, na ideia de casal conjugal e matrimonial, são fragmentos de um eixo periférico das sexualidades:

Crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegiais ambíguos, serviçais e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores solitários, transeuntes com estranhos impulsos: eles povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos; levam aos médicos suas infâmias e aos juízes suas doenças. [...] No decorrer do século eles carregaram sucessivamente o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência” ou do “desequilíbrio psíquico”. (FOUCAULT, 2005, p. 41).

Pauta-se aqui não apenas um sistema de repressão exercido pelo poder, mas também a instalação de mecanismos de vigilância: a pedagogia, a lógica terapêutica ou até mesmo na medicina que adentrou os prazeres dos cônjuges fixando parâmetros de gestão sobre tais, onde a noção de que a repressão não é único instrumento utilizado para o exercício do poder, mas estabeleceu que este também se manifesta por intermédio de algumas operações (FOUCAULT, 2005).

Por fim, Foucault (2005) coloca à disposição os chamados *dispositivos de saturação sexual*, em que as sociedades modernas pautaram a sexualidade heterossexual como a única legítima e que prevalecente no corpo social; portanto, as sexualidades múltiplas – sexualidade das crianças, fetichistas, relação médico-paciente, psiquiatra-louco, pedagogo-aluno, sexualidades espaciais do lar, das escolas e dentro outras – estão diretamente ligadas a estes mecanismos de poder, onde sua intervenção, por meio da hipótese da perversão, se constrói como mais um meio de exercer o controle de corpos e definirem regras de condutas e prazeres no Ocidente.

A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço de poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. [...] Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação. (FOUCAULT, 2005, p. 48, grifo nosso).

Pode se entender, portanto, que parte-se da ideia de que as sociedades modernas do século XIX não apenas reproduziram um discurso repressivo da sexualidade, mas incentivaram essa conversação, resultando, assim, na multiplicação de sexualidades e intensidade dos prazeres oriundos de uma fixação pelo poder, segundo o filósofo francês Foucault (2005).

Dessa forma, as manifestações de sexualidades homossexuais eram silenciadas de modo que só poderiam existir nas classes mais baixas da sociedade: os prostíbulo, lugares marginalizados em que não existiam julgamentos para a “sodomia”, onde fetiches eram plenamente legitimados.

2.5 Ciência do Sexo

Conforme analisado, as sexualidades periféricas se converteram em objetos suscetíveis de controle médico-sexual, uma vez que não correspondiam positivamente às normas heterossexuais regentes, estas que passaram a lhes considerar como comportamentos patológicos e anormais. Desta feita, a filosofia foucaultiana discute a utilização do sexo como objeto da verdade na medida em que as ciências, no decorrer do século XIX, instauraram uma espécie de jogo da verdade sobre o sexo.

Foucault (2005) declara que existem duas formas de se produzir a verdade sobre o sexo; o primeiro modelo diz respeito à *ars erótica* (arte erótica), o qual: “[...] a verdade tem sua origem no prazer, levando-se em consideração a sua intensidade, a sua duração, seus efeitos no corpo e na alma”, como nas palavras de Galeão (2016, p. 31), onde a verdade parte da prática sexual em si, eis que seus efeitos decorrem de dentro para fora, através da autonomia e domínio do corpo sexual e do prazer pelo gozo (GALEÃO, 2016).

A segunda forma é como aduzira Foucault (2005), a constituição da *scientia sexualis* (ciência sexual) adotado pelas sociedades ocidentais, onde primeiro se instalou a ciência do

sexo para posteriormente constituir uma verdade sobre o mesmo, pois será através do dispositivo da confissão que instaura-se esse mecanismo; desde a Idade Média as sociedades ocidentais foram induzidas a confessar, premissa da qual fora internalizada na mentalidade dos indivíduos até a Idade Moderna, de onde ainda se vê resquícios.

Portanto, a confissão é vinculada como um ritual de extrema importância na produção da verdade; é o mecanismo pelo qual se instala o papel central dos poderes civis e religiosos, dando azo à imagem individual do sujeito e de onde recai, inclusive, na forma como estes corpos se relacionam com terceiros – na entidade familiar, por exemplo (FOUCAULT, 2005).

Será este o cenário que se constituirá a verdade sobre o sexo; se a confissão não é exteriorizada espontaneamente, ela vai ser retirada do indivíduo a força; a confissão obrigatória pode ser vista, a exemplo, na Idade Média com suas recorrentes práticas de tortura; nos reflexos que causaram na literatura, pois esta serviria como canal de transmissão da confissão e discurso da verdade, como destacado por Foucault (2005).

Ressalta-se que esse aparato de poder funciona quando o indivíduo, hierarquicamente inferior, pratica o ato da confissão mediante outro sujeito, o qual é capaz de perdoar, julgar, purificar e aplicar-lhe penitências – são os chamados efeitos internos, é por intermédio desta pessoa que escuta os segredos que se obtém a verdade (FOUCAULT, 2005).

A teoria foucaultiana colocará, portanto, o exercício desta lógica dominante no que tange ao controle de sexualidade, na medida em que os atos confessórios são instigados para revelar-lhes, em seus mínimos detalhes, a sujeitos responsáveis pela escuta, por ouvir a verdade, ou seja, constrói-se a figura do intérprete, “aquele que escuta e interpreta a confissão é atravessado pelo poder, e responsável por dizer a verdade”, diz Galeão (2016, p. 33).

Para Galeão (2016), é justamente através da confissão que se produz materiais interpretativos a fim de controlar as condutas sociais anormais e patológicas que não correspondem à lógica heterossexual dominante; sua importância é tão valorosa que constitui-se como ponto de partida para a criação de múltiplas sexualidades:

Os prazeres do sexo foram classificados. Descreveram-se as deficiências cotidianas, as aberrações e exaltações. A singularidade dos prazeres era incitada a se manifestar, a expor um discurso de verdade sobre si, um discurso não mais articulado ao pecado ou à salvação, mas atrelado ao corpo, à vida. Trata-se de um discurso da ciência. (GALEÃO, 2016, p. 33).

Galeão (2016) relata que surge, assim, a ciência do sexo a qual terá seu funcionamento pautado primordialmente na investigação exaustiva da sexualidade por meio da confissão, pois será através disto que se buscará um discurso sobre o sexo e sexualidade, percebendo-se,

assim, um forte vínculo entre Poder e Verdade, “[...] a verdade do indivíduo, que passa a ser constituída a partir do seu sexo, à luz da percepção interpretativa de um terceiro, dominado pelo poder”, como aduz Galeão (2016, p. 35).

Contudo, à percepção de Foucault (2005), esse mecanismo da confissão se difundiu, abrindo-se a novos caminhos e novas maneiras de se exercer o poder dominante, onde há uma extensão de seu alcance a partir do momento em que se incorpora em ciências como a medicina e psiquiatria; é a valoração do prazer no discurso da verdade. Fala-se, na sociedade moderna, do corpo e da vida no discurso da ciência.

Assim, a confissão forçada instaura uma técnica de saber-poder sobre o sexo, uma vez que será por meio da construção de uma cadeia de enunciados que se fixa um discurso sobre a verdade do sexo, como ensina Foucault (2016), tendo papel primordial para atos discriminatórios contra minorias, conforme analisaremos adiante.

2.6 Dispositivo da Sexualidade: exclusão dos “anormais”

Para a compreensão do conceito de dispositivo da sexualidade apontado por Foucault, é importante esclarecer, em um primeiro momento, que se trata de um conjunto de instrumentos de estratégia de dominação. Em *Microfísica do Poder*, Foucault entende a figura do dispositivo como:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, preposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2018, p. 364).

Desta feita, Foucault (2018) ratifica as disposições acerca de uma história política da produção da “verdade”, em que a sociedade caminha no sentido de construir um discurso considerado como verdadeiro, sendo esta mais uma forma de manifestação de poder, uma vez que a instituição, detentora da verdade, possui mecanismos próprios de controle e dominação; logo, o dispositivo surgiu com a finalidade de atender a necessidade de estratégias dominantes através de elementos heterogêneos e que será sempre colocado como objeto de um jogo de poder.

Foucault (2018) preleciona que o dispositivo está envolto por uma dimensão muito mais ampla e abrangente: são elementos heterogêneos que se constituem sob uma lógica

discursiva e não discursiva, ou seja, o dispositivo não necessariamente responderá a uma forma de enunciado discursivo, ele se manifesta de formas diversas e poderá ser transmitido, por exemplo, através das instituições, que é colocado como comportamentos coercitivos oriundos do corpo social, em que proferem práticas opressivas não discursivas; é um sistema coercitivo que envolve integralmente a sociedade.

Para que seja possível fazer uma análise de poder, deve-se compreender que o poder não é somente um instrumento de controle que parte de um campo central, sua forma não se origina apenas na imagem da soberania do Estado e tampouco é um sistema de dominação oriundo de um grupo que coordena a sociedade, estas demonstrações seriam apenas meios pelos quais o poder se manifesta, ou seja, são suas formas terminais, tal como entende Foucault (2018).

Descreve-se o poder como uma força onipresente denotada desde as esferas mais extensas e periféricas das relações sociais, isto é, sua origem não provém de uma unidade específica, mas é visto como uma estratégia que atinge todas as partes da sociedade; o poder é uma correlação de forças estratégicas (FOUCAULT, 2005).

Quando Foucault (2005) esclarece que o poder não é um jogo estratégico que detém de uma forma global para exercer seu domínio, se deslinda que ele também é composto de variadas finalidades; questiona-se, contudo, sob quais objetivos essas estratégias eram postas e assim, surge o *dispositivo da aliança*, o qual:

[...] as relações do sexo tenham dado lugar, em toda a sociedade, a um dispositivo da aliança: sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens. Este dispositivo de aliança, com os mecanismos de constrição que o garantem, com o saber muitas vezes complexo que requer, perdeu importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente. (FOUCAULT, 2005, p. 100-101).

Diferente do que acontece com o dispositivo da sexualidade, a aliança que se fala aqui engloba principalmente relações reprodutivas e matrimoniais entre casais, assim como mantém fortes laços com a economia, uma vez que tem importante função na circulação de riquezas, e tenta também manter os termos do direito e da lei na sociedade, onde também entenderá que o dispositivo da sexualidade, por sua vez, desempenha um papel mais intrínseco ao próprio corpo do indivíduo, quanto aos seus prazeres e parceiros sexuais, é onde se exerce o dever de controle das populações de modo global (FOUCAULT, 2005).

Nesse sentido, Foucault (2005) declara que o dispositivo da sexualidade não substituiu o dispositivo da aliança, mas foi a partir do século XVII que houve uma expansão da sexualidade como objeto e incidência de poder, pois são através de disposições típicas do dispositivo da aliança – instrumentos da penitência e do exame da consciência, por exemplo – que começou a se investigar incessantemente as experiências ligadas à “carne”, aos prazeres dos corpos e as relações sexuais; a sexualidade nasce da análise do dispositivo da aliança.

Desta feita, Foucault (2005) relaciona que a imagem da família se constitui como corpo que não apenas detém valor social, econômico e político, mas ela constrói, a partir sistemática da aliança, uma espécie de sexualidade como nova estratégia de poder.

Para Galeão (2016), a família é quem inicia com o dispositivo da sexualidade nas dimensões de marido e mulher, e nas relações de pais e filhos:

Com a incidência do dispositivo de sexualidade sobre o instituto familiar, há o fenômeno da “sentimentalização” da família. **Aparecem novos personagens próprios do renovado instituto familiar**, entre eles, a mulher nervosa, a esposa fria, o esposo impotente, sádico e perverso; a criança precoce em termos sexuais, o jovem identificado como homossexual, que não quer casar ou menospreza sua própria esposa. (GALEÃO, 2016, p. 41, grifos nossos).

Para Foucault (2005), essas são as figuras anormais – indivíduos constituídos em perversões e perturbações sexuais de ordem – consideradas como reflexos do controle de sexualidade e que passaram a serem objetos da problemática do sistema de aliança, sendo este o principal foco de estudo do referido dispositivo; neste cenário, a família seria o ente causador de todo esse sofrimento sexual e daí surge a importância da psiquiatria, pedagogia, medicina e até mesmos dos religiosos como investigadores dessa “inconveniência” e como técnicas de se obter a confissão fora dos domínios familiares, assim como meios de torná-los uma patologia.

À vista disso, Foucault (2005) aduz que a medicina começou a explorar os conhecimentos sobre sexualidade com o objetivo de integrar socialmente esses indivíduos “anormais” e implantou a ciência da psicanálise, esta que tinha por finalidade a investigação de efeitos que as relações familiares viriam a causar no campo da sexualidade, ou seja, é a investigação de como as sexualidades se manifestavam fora do alcance familiar e como afetavam o interior dos indivíduos, pois havia a premissa de que os desejos sexuais decorreriam de relações entre pais e filhos, uma vez que as sexualidades partiam das relações familiares, pois a família era quem cumpria com o papel de formadora do sexo.

Preocupou-se, como descreve Foucault (2005), primeiramente em garantir que as forças de trabalho fossem sempre fomentadas para serem úteis ao sistema de produção e, em segundo lugar, se observou que com o aparecimento do capitalismo tardio, o exercício pleno da polícia do sexo não se promovia somente na repressão do sexo, mas também na produção da sexualidade.

O dispositivo da sexualidade passa a ser explorado nas relações das forças de trabalho como mecanismo de produção e controle de corpos sexuais, porém, esses instrumentos de controles foram aplicados inicialmente em classes sociais privilegiadas economicamente, sendo esta manifestação violenta de poder e ao mesmo tempo sutil, que recaiu intensamente em grupos restritos da sociedade, ou seja, na classe burguesa (FOUCAULT, 2005).

À família aristocrata era imposta uma obrigação moral de manter seus corpos dentro dos ditames de controle, as preocupações partiam de problemas de perversões e perturbações que viriam a afetar seus próprios sujeitos, inclusive em suas capacidades intelectuais; é uma espécie de autovalorização do seu próprio sexo, considerando-o como sagrado e fundando o forte receio de que a proliferação destes problemas afetaria o seio familiar e social, como entendeu Foucault (2005).

Em outras palavras, Foucault (2005) descreve que a técnica de polícia sexual não exerceu controle político de forma unitária e homogênea nesses seguimentos sociais, bem como não se trata exclusivamente de uma política de repressão do sexo às classes exploradas, mas também da percepção de que o dispositivo da sexualidade foi instalado, a priori, nas classes a quais regiam a comunidade, sendo neste âmbito social que se procurou reger condutas e prazeres sexuais, se tratando de uma auto-afirmação da classe dominante, de sua própria consagração que posteriormente se estendeu às demais pessoas, podendo se afirmar que esta é uma forma de controle econômico e subordinação política.

Nesse investimento sobre o próprio sexo, por meio de uma tecnologia de poder e de saber inventada pro ela própria, a burguesia fazia valer o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, seus prazeres, sua saúde, sua sobrevivência. Em todos esses procedimentos, não isolem os que pode haver de restrições, pudores, esquivas ou silêncio, referindo-os a alguma interdição constitutiva, ou recalque, ou instinto da morte. É um agenciamento política da vida, que e constituiu, não através da submissão de outrem, mas numa afirmação de si. (FOUCAULT, 2005, p. 116).

Foucault (2005) comenta que, para a classe burguesa, havia a única motivação de elevar seus valores a partir de seu próprio sexo, uma espécie de “higienização” do corpo para afirmar que sua imagem é moralmente limpa e casta; busca-se o estabelecimento da

hegemonia burguesa, não apenas da valorização e reconhecimento econômico, mas também político e cultural de seu corpo utilizando o dispositivo da sexualidade para organizar tais táticas de controle.

Contudo, para Foucault (2005), a classe subalterna só passou a ser objeto de preocupação quando houve inúmeros conflitos entre causas que afetavam diretamente a burguesia, pois, com o surgimento das grandes indústrias, se exigia uma mão de obra saudável e competente, conforme relata Foucault (2005, p. 199): “foi necessário, enfim, a instauração de toda uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles”.

Depreende-se desta construção histórica que a ordem da sexualidade – dado o resultado de seus múltiplos desdobramentos e a incessante busca pela burguesia de se instituir como nobre elemento social de sua classe – possibilitou que o uso da repressão ganhasse espaço e permitiu a submissão da sexualidade sempre à existência da lei, do mesmo modo que provocou a influencia das classes sociais, ricos e pobres, na análise desse dispositivo.

O efeito que o dispositivo da sexualidade causa às classes sociais não se dá de maneira uniforme, enquanto na burguesia o elemento foi usado para aproximar laços familiares, nas camadas mais pobres o regime da sexualidade foi usado como repressão.

3 EXCLUSÃO SOCIAL DE DIFERENTES EXPRESSÕES DE GÊNERO

Construíram-se ao longo da história diversas formas de obtenção de controle sobre as grandes massas de indivíduos que estavam em níveis hierarquicamente inferiores aos sujeitos que detinham de certo domínio no corpo social. A partir disso, percebeu-se que os campos do sexo, sexualidade e gênero poderiam ser usados como objetos de poder, passando a estabelecer uma espécie de saber, ou como pontuava Foucault (2005): de saber-poder. Procura-se, desde logo, conhecer o verdadeiro motivo da construção desse saber, que se configurou como peça destas relações de poder e de um mecanismo político.

De outro modo, Foucault (2008) irá entender que poder não é um conceito palpável, pois este não parte de uma definição propriamente dita, mas de um manifesto que circula todas as relações cotidianas dos sujeitos e está por toda a parte das entidades sociais, estas que ficarão responsáveis por pôr em ordem os indivíduos que se desviam da lógica dominante de controle; são os chamados micropoderes, conforme fora aludido por Foucault (2008) em *Microfísica do Poder*, onde o autor procurou destituir a visão de que o poder só partiria do Estado.

Partindo desta análise periférica de poder, o processo histórico das sociedades modernas instituiu neste contexto a instalação do dispositivo da sexualidade, que agiu não apenas com o objetivo de disciplinar corpos, quando se tem a ideia de que corpos humanos devem ser dóceis politicamente, mas o dispositivo em questão também traz a noção de biopoder, quando o poder age sob o escopo de regular corpos sexuais, assegurando-lhes a morte ou sua existência, como preconizou Foucault (2005).

Dessa forma, demonstraremos índices nacionais e internacionais de violências e mortalidade contra pessoas transexuais e travestis, onde constataram a precarização da realidade trans, uma vez que, como já alegado, a lógica biopolítica de poder e governo de massas irá incidir sobre essa população uma triste forma de sua existência.

Ademais, também trataremos as questões de sociabilidade trans e trav nos espaços educacionais de ensino básico e superior, de onde podemos demonstrar depoimentos de adolescentes que frequentam as escolas brasileiras e, de outra forma, fizemos uma breve entrevista com três estudantes universitários residentes da cidade de Belém-PA, para coletar relatos de experiências nos lugares sociais que estão inseridos. Assim, os entrevistados contaram sobre suas vivências no ambiente acadêmico e também familiar, de onde pudemos destacar certas problemáticas em comum que estas pessoas sofrem por assumir uma expressão de gênero diversa de sua designação biológica.

3.1 Distinções acerca da identidade de gênero e orientação sexual

É necessário esclarecer, de início, determinados conceitos quanto às diferenças entre orientação sexual, identidade de gênero e suas demais ramificações. Assim, far-se-á uma breve análise e contextualização da transexualidade como objeto que deu azo às variadas manifestações de preconceito contra as pessoas trans.

Nesse contexto, Bento (2008) comenta que a partir da segunda metade do século XX, as questões de sexo e gênero foram acentuadas na medida em que o padrão da heterossexualidade não foi suficiente em conter diferentes expressões identitárias dos indivíduos; o gênero, que sempre esteve vinculado ao órgão sexual da pessoa, começou a ser visto como doença mental em situações onde os indivíduos se comportavam divergentemente de seu sexo e genitália, condutas estas vistas como aberrantes e anormais.

Nesse sentido, Bento (2008, p. 18) relata que “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”. No início, a transexualidade fora considerada um distúrbio mental relacionado à sexualidade devido a uma ruptura das relações sexo, gênero e sexualidade (BENTO, 2008).

As diferentes expressões de identidade e gênero passam a ser questionados pela lógica do sistema binário, sendo uma problemática que gira em torno da questão sobre o que seria ser homem ou o que é ser mulher, já que os sentidos ficam confusos quando não se distingue a identidade de pessoas trans; criam-se novos paradigmas para definir o conceito de feminino e masculino, como aduz Bento (2008).

Nas palavras de Assis Moreira Silva Junior, em *Diversidade sexual e inclusão social*, de 2014, formula-se o discurso que sustenta a marginalização de pessoas não correspondentes ao padrão binário de gênero, classificado, segundo o autor, por heterossexualidade compulsória: quando os sujeitos que destoam deste modelo heteronormativo são alvos de preconceito e violência.

Por outro lado, o teórico entende sexualidade como:

A sexualidade refere-se **ao conjunto de manifestações afetivo-emocionais conscientes e inconscientes, que engloba a orientação sexual e as diversas expressões de gênero**, enquanto produtos culturais, cambiantes e manipulados, assim como outros traços dos indivíduos, em sua constante busca pelo autoconhecimento e afirmação enquanto pessoa humana. (SILVA JUNIOR, 2014, p. 83, grifo nosso).

A orientação sexual, por sua vez, refere-se à atração erótico-afetiva pela qual a pessoa sente, quais sejam: homossexual, atração pelo mesmo sexo; heterossexual, atração por sexos diferentes; ou bissexual, quando o desejo erótico-afetivo se dá por ambos os sexos, feminino/masculino ou homem/mulher; enquanto isso, a identidade de gênero corresponde ao entendimento psíquico pelo qual o indivíduo se identifica socialmente no que tange ao seu gênero, como esclarece Silva Junior (2014).

Neste sentido, Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 10) em *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*, aponta a pertinente classificação de cisgênero e transgênero: “chamamos de cisgênero, ou de ‘cis’, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento”.

De outro modo, Jesus (2012) especifica que o termo transgênero diz respeito ao indivíduo que não corresponde ao gênero que lhe fora imposto desde o seu nascimento, porém, as expressões de gêneros alcançam manifestações diversas, por exemplo, quando se fala das apresentações de artistas *drag* queens.

Assim, a autora difere que *crossdressers* é quando a pessoa se identifica com seu gênero e sexo biológico – cisgênero –, mas gosta de se vestir e usar acessórios que socialmente são vistos como típicos de expressões do gênero oposto; enquanto *drag queens*, *drag kings* e transformistas são pessoas que realizam performances artísticas – para fins de entretenimento – em que se caracterizam de forma estereotipada, de gênero feminino ou masculino (JESUS, 2012).

Existe uma divergência entre transexualidade e travestilidade, destacaremos as colocações dos autores ao conceituarem de forma clara e sucinta os presentes termos. Logo, Silva Junior (2014, p. 86) comenta o transexual como “pessoas que se sentem em desconexão psíquica com o sexo do seu nascimento, ou seja, há uma dissociação entre o seu sexo biológico e sua identidade de gênero”.

Por sua vez, Jesus (2012, p. 27) esclarece que travesti é a “pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero.”, contudo, Jesus (2012) problematiza que embora estes indivíduos transitem entre as disposições dicotômicas de gênero feminino e masculino, estes sujeitos preferem ser chamadas, geralmente, de forma feminina, pelo artigo “a”, como respeito à sua identidade.

Desse modo, reforça-se a ideia suscitada por Butler (2003), de que gênero é uma instituição pré-concebida na medida em que se constrói uma expectativa sobre o corpo sexuado antes mesmo de este nascer; é uma lógica dicotômica que já fora naturalizada,

conforme Bento (2008, p. 35-36) declara: “aquilo que evocamos como um dado natural, o corpo-sexuado, é resultado das normas de gênero. [...] o ‘original’ já nasce contaminado pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo”.

O gênero se configura desse modo: a partir de um discurso cultural que engloba determinados comportamentos, ora os classificando como aceitáveis, ora os excluindo e os tornando como condutas inaceitáveis e inconcebíveis, sendo neste contexto de “falha” do sistema heteronormativo que vive a pessoa transexual; em outras palavras, são corpos que não obedecem às normas de gênero impostas pelo poder, causando uma perturbação de ordem (BENTO, 2008).

Quando se trata de transições entre gêneros, a discussão não deve se restringir à ideia de sexualidade, pois o gênero também se manifesta através de outros mecanismos: roupas, comportamentos, aparência física, etc., tal como exemplifica Bento (2008). Aqui, surge a hipótese de performatividade suscitada por Butler (2003), na qual a performatividade do gênero, quando não pertence à lógica heterossexual de identidade, é colocada à margem e é vista com anormalidade, de modo que estes sujeitos devem ser eliminados e/ou reduzidos ao silêncio.

Têm-se a noção da patologização e negação da existência da identidade trans, o que leva estes indivíduos a sofrer inúmeras violências com o intuito de eliminar suas vidas e que, devido a esse cenário, passou-se a impugnar os estudos sociológicos que até então tratavam estas minorias, surgindo diversas diferenciações no que tange a orientação sexual e identidade de gênero.

Assemelha-se a uma lógica de rompimento das dicotomias vagina-mulher-feminino e pênis-homem-masculino, como bem pontuou Bento (2008), que fez da experiência travesti e transexual objeto de estigmas, no qual adotou-se as expressões “transexualidade e travestilidade” – que significam modo de ser, segundo Silva Junior (2014) – ao invés do sufixo *ismo* que remete a uma ideia de patologia; têm-se, portanto, uma iniciativa de coibir a perpetuação deste preconceito e invisibilidade ainda tão enraizados em nossa sociedade.

3.2 Índices nacionais de violência contra pessoas trans

Para contextualizar a problemática levantada, introduzir-se-á dados de violências a respeito das condições de marginalização de pessoas trans. Assim, percebe-se com a divulgação recente de dados levantados pela ONG Internacional *Transgender Europe*

(TGEu)¹, em 2018, que o Brasil lidera o ranking de países com maior incidência de homicídio contra a população não-cisgênero, estimando, aproximadamente, a morte de 1.238 (mil duzentos e trinta e oito) travestis e transexuais durante o período de 2008 (dois mil e oito) a 2018 (dois mil e dezoito), conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1: Levantamento de assassinatos contra pessoas trans ocorridos entre os anos de 2008 e 2018 em âmbito internacional.

Central and South America	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2008-Sep 2018
Brazil	57	68	99	103	126	104	132	113	136	175	125	1238
Mexico	4	9	14	33	49	45	40	35	61	67	51	408
Colombia	13	13	15	18	10	8	8	20	10	17	13	145
Venezuela	4	23	6	17	8	21	8	11	13	5	6	122
Honduras	4	15	8	10	15	14	11	6	6	4	1	94
Argentina	2	3	3	10	1	4	11	6	12	6	7	65
Guatemala	1	12	14	7	5	0	3	0	1	1	3	47
Dominican Republic	0	4	4	4	18	1	3	1	3	3	1	42
El Salvador	1	5	0	1	0	5	3	7	8	7	5	42
Ecuador	1	2	5	1	2	1	9	7	1	0	1	30
Peru	1	4	2	2	2	3	6	2	2	0	2	26
Bolivia	0	1	5	1	3	3	0	0	3	1	1	18
Chile	1	1	0	1	1	1	1	2	1	2	1	12

Fonte: Transrespect versus Transphobia Worldwide (2018).

Ressalta-se, entretanto, que estes dados são subestimados na medida em que a dificuldade para captar esses índices se acentua devido à invisibilidade e desvalorização social desses indivíduos e isso ocorre porque a contabilização destas mortes é realizada através de mecanismos duvidosos, uma vez que há uma grande carência de fontes confiáveis (BENTO, 2014a, *online*).

No Brasil, essas notícias são veiculadas por meio de ONGs de ativistas da comunidade LGBTT², os quais buscam divulgar a ocorrência desses crimes. Porém, quando os casos são noticiados na mídia, ocorre em muitas situações o que Bento relata (2014a, *online*), essas “pessoas trans são apresentadas com o nome masculino e são identificados como o travesti. E no âmbito conceitual são consideradas como vítimas da homofobia.”

A luta pelo reconhecimento da identidade de gênero não é respeitada, por exemplo, na divulgação da morte, no preparo do corpo e nem mesmo no registro de óbito, pois geralmente

¹ Organização internacional sem fins lucrativos que possui como escopo apoiar direitos humanos de pessoas trans pelo mundo e visa monitorar casos de violência/assassinatos contra esta população, através de notícias veiculadas em meio midiático.

² Sigla referente a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ou Transgêneros.

o que acontece é uma coerção de impor ao indivíduo o gênero determinado por seu órgão sexual e pelo seu nome de registro (BENTO, 2014a, *online*).

Embora haja certa dificuldade em coletar estes dados, o relatório realizado pela ONG TGEu ganhou notoriedade no Brasil que até então não havia um levantamento concreto destas mortes, abordando e trazendo visibilidade a esta realidade social, como aponta o *Dossiê dos assassinatos e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018*, organizado por Bruna G. Benevides e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira em 2019.

Levando em consideração a recenticidade dos estudos produzidos, as estatísticas que serão apontadas na presente seção terá como respaldo, em especial, o dossiê acima citado, que fora apoiado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)³ e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)⁴, os quais atuam em parceria para coletar dados demográficos.

Com a omissão do Estado brasileiro em informar sobre a questão demográfica de pessoas trans no Brasil, não se tem dados absolutos da ocorrência destas mortes e demais violências, o que acontece como já dito, é a coleta de informações através da *internet* e demais veículos de notícias, usando até mesmo as redes sociais.

Contudo, quando não é possível verificar a veracidade desses informes, o levantamento é realizado através de subnotificação, onde os relatos são coletados de boca a boca, sendo estes os critérios adotados pela ONG TGEu e pelo ANTRA, como relatam Benevides e Nogueira (2019) no levantamento quantitativo dos dados apresentados, do qual destacaremos os mais relevantes:

5.1. ASSASSINATOS POR ESTADO

a) **Ranking dos assassinatos de pessoas trans por estado, em dados absolutos:**

Em números absolutos, **o Rio de Janeiro foi o que mais matou a população trans em 2018, com 16 assassinatos. Em segundo a Bahia, com 15 casos, terceiro ficando São Paulo com 14 casos, em quarto lugar o Ceará, com 13 assassinatos e ocupando a quinta posição, o Pará com 10.** (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 15)

O Pará, como se verifica acima, ocupa o quinto lugar no ranking nacional entre os entes federativos que mais matam travestis e transexuais no Brasil, contabilizando a morte de

³ Rede que atua em âmbito nacional apoiando direitos de pessoas trans e promovendo exercício de cidadania, bem como realizando o mapeamento de assassinatos cometidos em detrimento destes indivíduos no Brasil.

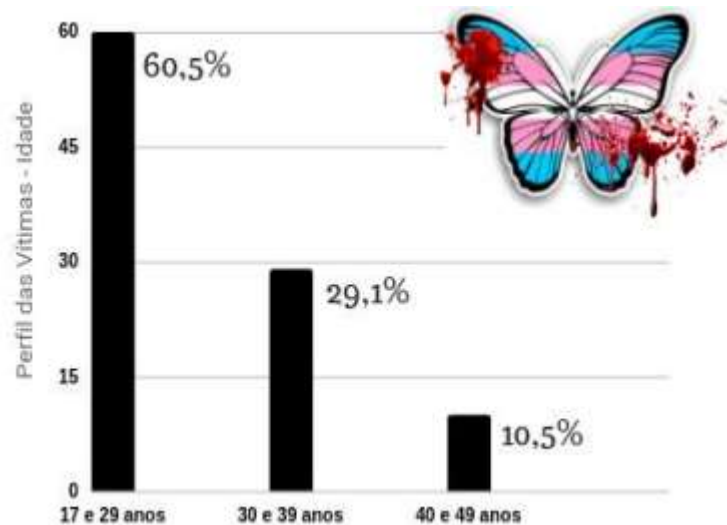
⁴ Rede fundada em 2017 para apurar índice de pessoas trans no âmbito educacional e profissional, bem como promover efetivação de direitos humanos e combater a violência contra transgêneros no espaço escolar.

dez pessoas trans durante o período estudado e ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, Bahia e Ceará.

Destarte, na contabilização de assassinatos por região, o Nordeste apresenta o índice de 59 mortes de pessoas trans, seguidos por Sul (com 45 dos casos), Sudeste (de 20 casos), e pelo Norte, que apresentou a estimativa de 19 casos no período pesquisado, representando 19% do levantamento nacional (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

No que tange ao perfil das vítimas, Benevides e Nogueira (2019) constataram que esta relação de assassinatos está diretamente ligada à faixa etária destes indivíduos, aumentando os riscos de sofrer violações quanto à sua integridade, especialmente se estiverem inseridas em ambientes de prostituição, ou, em outras palavras, quanto mais jovem a pessoa for, mais probabilidade de ser morta ela terá, sendo a média de 26,4 anos dos assassinatos ocorridos em 2018, como indica o gráfico abaixo evidenciado por Benevides e Nogueira (2019, p. 18):

GRÁFICO 1 – Idades das travestis e transexuais vítimas de assassinato no Brasil em 2018



Fonte: Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais no Brasil (2018).

Ademais, Benevides e Nogueira (2019) também constaram que cerca de 90% de trans assassinados estão em situação de extrema vulnerabilidade devido à sua baixa escolaridade e a dificuldade de inserirem-se no mercado de trabalho formal. Segundo o levantamento realizado pelo Projeto Além do Arco-Iris/AfROReggae⁵(2014), constatou-se que apenas 16,7% de mulheres trans do projeto concluíram o ensino médio, ocupando, as demais, a posição de

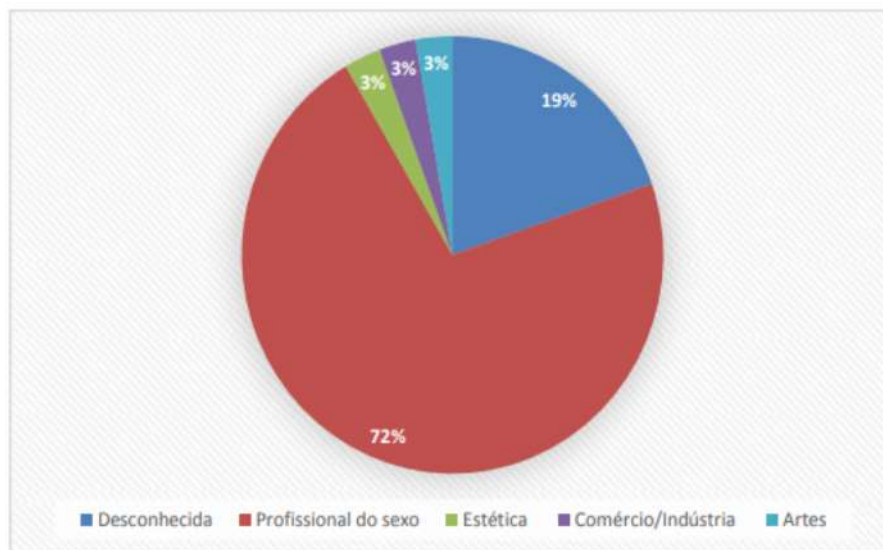
⁵ Projeto social criado em 2013 pela organização AfroReggae, o qual busca promover políticas públicas para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade através da promoção de atividades que envolvam o exercício ao direito à cidadania.

37,5% com ensino fundamental incompleto e seguindo de 33,3% com ensino médio incompleto.

Isso porque a pesquisa acima foi realizada na cidade o Rio de Janeiro e contou com participantes dos estados Bahia, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Paraná e Santa Catarina; ademais, ressaltou-se que os maiores motivos que deram azo à evasão escolar deveram-se às variadas manifestações de preconceito quando as entrevistadas começaram a mudar seus corpos (INFOREGGAE, 2014).

Como demonstra o gráfico abaixo, uma significativa parcela da população trans brasileira carece de qualificação para adentrar no mercado de trabalho, motivo pelo qual recorrem às ruas e a prostituição como o meio mais viável de se auto sustentar. Nesse sentido, Benevides e Nogueira (2019) afirmam que 65% destas mortes decorrem em detrimento de prostitutas, bem como que 60% dos assassinados analisados na presente pesquisa ocorreram em vias públicas.

GRÁFICO 2 – Profissão das travestis e transexuais vítimas de assassinato no Brasil em 2018



Fonte: Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais no Brasil (2018).

Sob outro vértice, Benevides e Nogueira (2019) averiguaram que 87% de pessoas negras e/ou pardas foram mortas nessa estatística, podendo-se afirmar que em termos de questões raciais, negros e pardos sofrem uma vulnerabilidade ainda maior, colocando-lhes duplas barreiras de acesso à cidadania, se compararmos às trans brancas. Inclusive, é uma triste estatística que nos remete ao chamado genocídio da juventude negra, pois a cada 23

minutos um jovem negro é morto no Brasil, segundo as Nações Unidas (ONU) em 2017, na campanha “Vidas Negras”.

Ressalta-se, ainda, que o Benevides e Nogueira (2019, p. 23) demonstraram a existência de um ódio excessivo a estes corpos, onde: “83% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esgarateamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência”.

Nesse sentido, o “Caso Dandara” é um dos mais famosos na mídia brasileira, dada a crueldade de sua morte, onde fora torturada, apedrejada e morta a tiros por cinco homens na cidade de Fortaleza-CE, além de ter todo o ato de violência gravado por pessoas que assistiam a cena e omitiram-se em prestar ajuda, conforme relata Luiz Mott e Eduardo Michels no Relatório de 2017 de pessoas LGBT mortas no Brasil, publicado pelo Grupo Gay da Bahia, de onde se destaca o relato da mãe de Dandara, Francisca Ferreira:

Açoitaram meu filho, governador. Fizeram tanta coisa ruim com ele... Eu não tive coragem de ver, mas me contaram tudo. O senhor sabia que o sangue dele escorria pelo rosto, e ele ia limpando com a mãozinha assim? Minha maior dor é que ele chamou por mim. Enquanto batiam nele, ele dizia: ‘Eu quero minha mãe. Cadê a minha mãe? E eu não estava lá. (MOTT; MICHELS, 2017, *online*).

É necessário esclarecer que diferentemente da violência homofóbica que acomete a realidade de gays, lésbicas e bissexuais, pessoas transexuais e travestis formam grupos extremamente invisibilizados dentro da pauta e militância LGBTT, onde, inclusive, sua expectativa de vida envolve a idade de 35 (trinta e cinco) anos, segundo informações da Agência Senado (2017). Deste modo, indivíduos trans sofrem uma peculiar manifestação de violência, como bem conceitua Jesus (2012, p. 29), a transfobia é o “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis”.

A violência indiscriminada contra essas minorias revela uma realidade social precária e estigmatizada ante a imposição da heteronormatividade como padrão de conduta e instrumento de regulação social. Sugere-se, a partir desta análise, que além da relação de ódio, esse histórico de violência sofrida por estes grupos também decorrem de causas como condições socioeconômicas escassas e da supressão de acesso ao mercado de trabalho formal.

Diante desse aspecto, é possível afirmar que a repulsa de pessoas transgêneros ocorre de maneira quase generalizada ante a fácil constatação de manifestações discriminatórias que induzem a sociedade e acabam por inviabilizar o acesso a espaços públicos e a garantia de direitos fundamentais. Isto gera uma formação de estigmas capazes de influenciar espaços

institucionais diversos, pois esses sistemas de segregação estão presentes majoritariamente nos ambientes em que transgêneros circulam.

Têm-se, portanto, uma exteriorização de práticas que induzem a segregação de expressões transexuais e travestis, induzindo uma espécie de barreira ao acesso de espaços sociais, visto que a existência desses corpos desafiam as normas e realidades heteronormativas, sendo então conhecidos como anormais. Exemplo disso está no modo como essas pessoas se apresentam socialmente quando destoam seus nomes civis de sua aparência física, causando incômodo e estranhamento no corpo social que o rodeia.

3.3 Preconceito e violência nas vivências escolares

Em continuidade às problemáticas expostas, constrói-se uma barreira social a partir dessas práticas que acabam servindo como empecilho para a efetivação de políticas públicas, dentre as quais o acesso à educação – de onde se verifica que ainda existe certa dificuldade em notar a presença de transexuais e travestis nas escolas ou até mesmo de manter relações com essas pessoas, por exemplo. Tal fato também revela uma insuficiência por parte das próprias instituições educacionais em adequar-se à presença dessa diversidade sexual de corpos trans, como analisaremos a partir.

Estas circunstâncias acabam refletindo no déficit de instrução educacional de sujeitos trans, conforme adiante será exposto, uma vez que muitas das vezes se carece de políticas públicas apropriadas e eficazes para lidar com a hostilidade desses espaços sociais e resultam, de certo modo, em uma evasão escolar, além de agravar a falta de acesso à empregabilidade formal e colocando a prostituição como a “opção” mais viável, como relatam Benevides e Nogueira (2019).

A experiência negativa vivenciada pela comunidade trans gera um sentimento de não pertencimento a determinados espaços, acarretando na busca por outros meios de aceitação e amparo, sendo a rua esse ambiente receptivo que os acolhe e, ao mesmo tempo, os vulnerabilizam quase que em regra (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Sendo assim, analisaremos de forma não exaustiva alguns obstáculos que estas minorias enfrentam em instituições educacionais de ensino básico, como por exemplo, o uso do nome social nos registros escolares, que embora seja um direito garantido na maior parte dos estados brasileiros, não é suficiente para legitimar o reconhecimento de variadas expressões identitárias.

Há diversos outros problemas que precisam ser resolvidos por parte de entidades escolares e também do corpo social que se baseia em preceitos constitucionais para a formação de uma sociedade justa, livre e solidária e sem preconceito a qualquer forma de discriminação, como preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 3^o.

De início, explana-se que com a instituição da Portaria nº 33 do Ministério da Educação (2018a, *online*), o uso do nome social – identificação do nome à identidade de gênero exposta socialmente – nos registros escolares passou a ser permitido em todo o território nacional desde a data de sua publicação no Diário Oficial da União, em 17 de janeiro de 2018.

Difere-se do mero uso do apelido, o nome social é uma política de inclusão e garantia de acesso à educação como um direito humano, pois são fatores como estes que proporcionarão uma vivência trans menos dramática nas escolas e que de certa forma seja estimulada, pois há um envolvimento direto na saúde mental e no desenvolvimento do indivíduo, como suscita o Ministério da Educação (2018b, *online*).

Nesse contexto, sob o fito de responder esta problemática, foram realizadas políticas públicas na sociedade – mais precisamente em âmbito federal – para permitir a escolha do nome como exercício do direito de autodeterminação; porém, tal medida ainda se mostra insuficiente no que tange à busca pelo reconhecimento de identidade de gênero.

Aqui, pode-se caracterizar uma possível manifestação de dispositivos, sob a visão foucaultiana, do qual vai dar azo à proliferação de determinados discursos sobre corpos sexuados como objeto de poder. Assim, há o surgimento de variados discursos – nem sempre positivos – capazes de influenciar a repressão contra minoras a partir da classificação e conhecimento de pessoas desviantes a tal norma.

Destarte, é importante mencionar que em 29 de junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Provimento 73/2018, dispôs sobre a mudança do prenome em assentos de nascimento e casamento no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) para pessoas em desconformidade identitária com seu sexo biológico; é uma medida que independe da realização de cirurgia para mudança do órgão sexual ou mesmo de autorização

⁶ Art. 3^o Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

judicial, se baseia na dignidade da pessoa humana e é exercido através da autonomia dos próprios sujeitos ao poder fazer gozo do direito de autodeterminação.

Neste diapasão, desde o ano de 2014, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) vêm adotando políticas de nome social na realização de vestibulares, medida esta que incentiva travestis e transexuais a frequentarem escolas e adentrarem no ensino superior; embora a conquista do direito ao nome seja um avanço, isto não é suficiente em garantir o reconhecimento da identidade de gênero (G1, 2014, *online*).

Grande parte da resistência trans está nas microesferas da vida cotidiana, como por exemplo, na discussão acerca do uso de banheiros por transgêneros, do qual o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicou no Diário Oficial da União a Resolução nº 12 em 16 de janeiro de 2015, recomendando que as instituições escolares passassem a adotar práticas positivas em prol de direitos de pessoas transgêneros, como em utilizar espaços separados por gênero em conformidade com sua identificação social – é o caso do uso dos banheiros (G1, 2015, *online*).

Uma das grandes reivindicações da comunidade trans é de que o uso de espaços segregados por gênero possa ser feito de acordo com a identidade que o indivíduo adota, reforçando a concepção de pertencimento e reconhecimento na sociedade, o que se têm ainda é um cenário muito preconceituoso e fortemente ligado a concepções religiosas, capazes de gerar mais estigmas e levar a um processo de discriminação, como relata o site de notícias Gênero e Número (2018, *online*), e de onde destacamos a entrevista realizada com a Professora Nogueira:

‘Já tive problemas com alunas trans, para que depois de uma negociação a aluna pudesse usar o banheiro dos professores’ [...] ‘Você tem que fazer acordos e negociações dentro da escola, porque ela [a aluna] corre o risco de frequentar o banheiro masculino e sofrer uma violência, mas também tem o problema de frequentar o banheiro feminino e pais conservadores irem à escola reclamar. Isso cria uma complicação com a qual nem nós, profissionais ali dentro, sabemos lidar’ [...] ‘Quando eu faço a aluna frequentar o banheiro do professor, eu começo a sentir que estou criando uma política de exclusão.’ (GENERO E NUMERO, 2018, *online*).

É inconcebível falar-se em criação de banheiros destinados somente para transexuais e travestis, sob pena de prejudicar ainda mais o cenário de exclusão contra essas minorias. O recomendável, no momento, seria tomar medidas pedagógicas pela própria instituição educacional a fim de refletir questões ligadas a gênero e sexualidade, ainda tão pouco discutidos como dispõe a CNCD/LGBT (2015).

É necessário esclarecer que diferentemente da violência homofóbica – que acomete a realidade de gays, lésbicas e bissexuais –, pessoas transexuais e travestis formam grupos extremamente invisibilizados dentro da própria pauta e militância LGBTT, onde sua expectativa de vida gira em torno de 35 (trinta e cinco) anos, segundo a Agência Senado (2017, *online*). Deste modo, indivíduos trans sofrem violências peculiares à sua existência, onde a transfobia é o “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis”, como bem conceitua Jesus (2012, p. 29).

Relataremos brevemente algumas das problemáticas apresentadas pela Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional o Brasil em 2016, realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT através de um método online onde os participantes – ao todo, foram 1.016 (mil e dezesseis) estudantes na faixa etária entre 13 (treze) e 21 (vinte e um) anos – respondiam um questionário e contavam suas experiências de vida na escola enquanto jovem LGBTT.

A hostilidade do ambiente escolar pode ser vista quando proporciona ao adolescente um sentimento de insegurança causado por chacotas, discriminação e violência verbal/física (e até mesmo sexual) por outros alunos ou por funcionários/professores da instituição; são atos discriminatórios que são motivados unicamente por orientações sexuais ou diferentes manifestações identitárias (ABGLT, 2016).

Assim, referente a pessoas trans, a ABGLT (2016) constatou na presente pesquisa que 43% dos participantes já ouviram comentários pejorativos a transexuais, sendo que 68% destes estudantes figuraram como vítimas de agressões verbais e 25% dos participantes sofreram violência física motivada, em ambas estas estatísticas, por manifestações “atípicas” de identidade de gênero; neste cenário, o estudo contabilizou que apenas 8,3% das escolas tinham uma clara regulamentação quanto a repressão de discriminação à sexualidade ou identidade de gênero dos(as) alunos(as).

De uma forma mais abrangente, o ABGLT (2016) constatou que 42% dos estudantes se sentem inseguros quanto às suas expressões identitárias, o que prejudica a interação do indivíduo com a comunidade escolar, pois estes adolescentes geralmente começam a se sentir desestimulados em se fazerem presentes no corpo escolar; é um sentimento que envolve o não pertencimento, rejeição, medo e pode desenvolver distúrbios psicológicos, como relata um aluno trans:

Me descobri no primeiro semestre como lésbica, e poucos meses depois como homem trans, e tive minha perspectiva de vida completamente alterada. Desde que eu cortei o cabelo e passei a me vestir com roupas que

eu julgo mais “a minha cara”, passei também a temer andar na rua. Passei a receber olhares de ódio na rua. Eu, um jovem de classe média alta, branco, morando em um bairro rico, levei um choque de realidade ao perceber que eu tinha muitos privilégios e que minha expressão de gênero tirou quase todos eles de mim. **Esse ano, tudo mudou para mim, eu tenho medo de andar na rua sozinho, eu tenho medo de me assumir para meus pais, eu tenho medo de nunca ser capaz de concluir minha transição, de não ser aceito no mercado de trabalho. Eu tenho medo de tudo e de todos.** (depoimento de estudante trans, 16 anos, estado de São Paulo). (ABGLT, 2016, p. 28, grifo nosso).

As microesferas da vida cotidiana podem fazer com que adolescentes LGBTTT tenham seu rendimento escolar comprometido, resultando em inúmeras faltas escolares; são comentários racistas, LGBTfóbicos, misóginos e sexistas, como maneira de diminuir diferentes expressões de gênero e pessoas que fogem ao padrão heteronormativo, onde até mesmo são proferidos, como relataram alguns estudantes, pelos próprios funcionários e professores da escola.

Ressalta-se também que muitos destas violências verbais cometidas por alunos são proferidas na ausência de funcionários e demais indivíduos que deveriam, em tese, coibir tais práticas; porém, fazer policiamento ostensivo de agressões LGBTfóbicas é uma medida inviável (ABGLT, 2016). Quando há uma carência abordagens e debates sobre o tema, problemas como estes são vistos frequentemente no corpo escolar, espaço em que se molda o caráter e desenvolvimento pessoal de adolescentes quando adultos.

Há pouquíssima visibilidade LGBT. Os termos “viado”, “bicha”, “boiola”, “puta”, “traveco” etc. são constantemente usados por professores e estudantes com a intenção de ofender. Tive a oportunidade de apresentar um seminário sobre lgfts, provei o que eu pensava (muitos eram completamente ignorantes sobre várias questões) e me surpreendi com a mente aberta de alguns. (depoimento de uma estudante queer, 15 anos, estado do Ceará). (ABGLT, 2016, p. 33).

Alguns indivíduos não necessariamente se classificarão como não-cisgêneros, mas exercerão condutas que em tese não condiz com as normas de gênero adotadas, alguns com um “jeito masculino ou feminino demais”. São situações em que partem da individualidade de cada pessoa, como ser humano, como ao possuir preferências pessoais, personalidade e autonomia para exercerem seu direito de autodeterminação, se identificando socialmente como assim se sentirem melhor, como destacamos abaixo o depoimento de uma aluna lésbica:

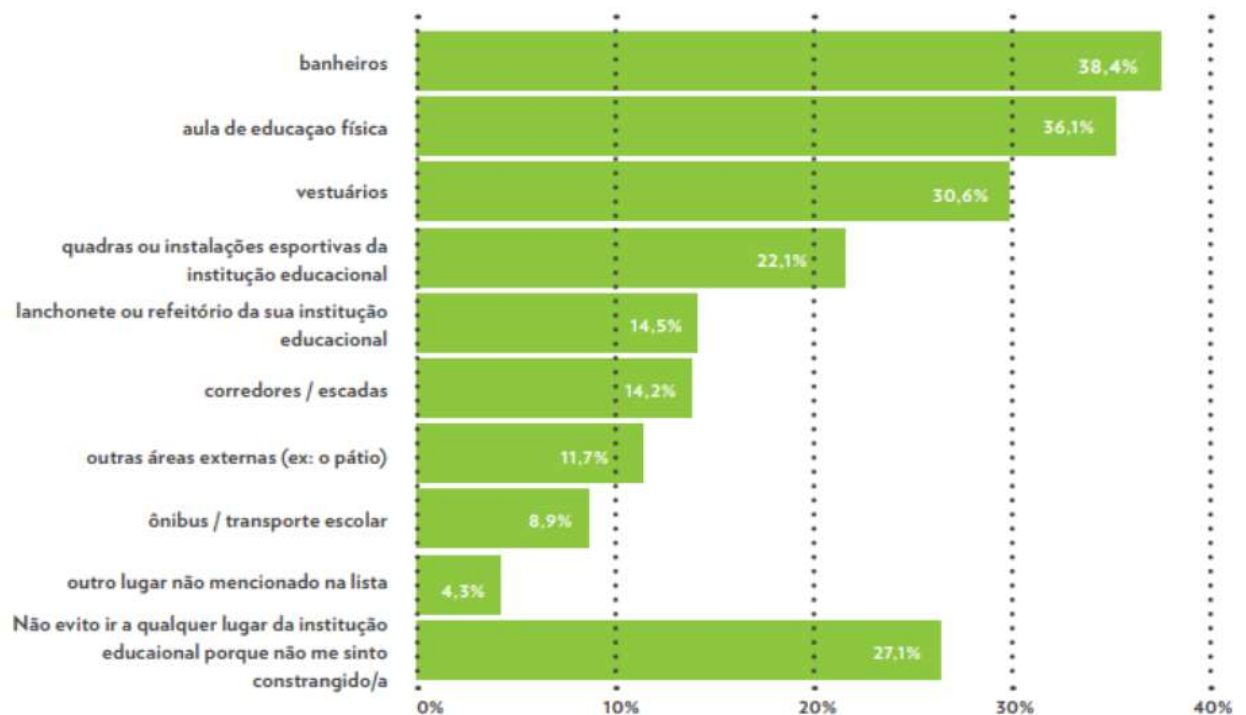
A atividade que mais incomodava na instituição educacional era usar o banheiro, pois eu era frequentemente confundida com alguém do gênero masculino. As pessoas não tinham tato, saíam correndo do banheiro quando eu estava lá dentro, davam risadas e gritavam. Já aconteceu dezenas de

vezes, passei a evitar esse lugar, e quando precisava usar, esperava até que estivesse vazio...(depoimento de uma estudante lésbica, 17 anos, estado de Minas Gerais). (ABGLT, 2016, p. 27, grifo nosso).

Em termos gerais, o gráfico a seguir demonstra que os espaços escolares mais desconfortáveis para adolescentes LGBTT são, em primeiro lugar, o banheiro, uma vez que até mesmo gays e lésbicas também são alvos de atos discriminatórios por seus comportamentos de gênero:

GRÁFICO 3 – Espaços mais evitados por estudantes LGBT nas escolas

“Quais dos seguintes espaços na instituição educacional você evita porque se sente constrangido/a ou inseguro/a neles?”



Fonte: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação – (2016).

A hostilidade que circunda o ambiente escolar afeta diretamente o bem-estar de alunos trans, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade; estudantes que sofrem agressões verbais mais intensas tendem, em uma proporção de 1,5 a mais, apresentar maiores possibilidades de desenvolverem depressão, com o percentual de 67% chances, se comparado com 45,3% em que ocorrem outras agressões devido à identidade/expressão de gênero (ABGLT, 2016).

Nesse sentido, destacaremos o relato de uma estudante trans, conforme o ABGLT (2016, p. 49): “obg [obrigado] por tudo, mas não vai ser agora a ajuda de vocês que vai fazer eu parar de me cortar ou parar de querer morrer. (depoimento de estudante transexual, sem idade informada, estado do Rio Grande do Sul)”.

É uma situação tão precária que na experiência transexual/travesti o indivíduo geralmente não goza de liberdade em escolhe seu banheiro, por exemplo, sendo ainda um tabu no qual muitas vezes o corpo escolar não consegue lidar. O padrão heteronormativo de gênero, construído através de longos anos, estabeleceu um regramento social tão sólido que atualmente sua incidência regula praticamente todos os espaços da sociedade, seja ele no trabalho, na escola, convívio familiar, igreja, no ato de comprar roupa, de se comportar, se expressar e até mesmo em escolhas culturais.

O que se percebe nestas breves estatísticas é uma urgente necessidade de apoiar estudantes LGBTT, por parte da instituição educacional, a fim de construir um ambiente saudável. Dentre eles, o ABGLT (2016) demonstra que a inclusão de matérias na grade curricular escolar seria um mecanismo importante para discutir com a comunidade escolar sobre eventos e contribuições históricas positivas do movimento LGBT e sua importância para a sociedade, neste sentido:

Mais da metade (56,9%) dos/das respondentes afirmaram que esses assuntos não eram abordados na sala de aula [...] e 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações negativas. Cerca de um quarto (20,2%) dos/das estudantes disseram que tópicos LGBT foram discutidos apenas de maneira positiva em uma ou mais aulas – 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações positivas e 6,2% afirmaram que foram ensinadas informações positivas e negativas. Entre os/as estudantes que afirmaram que foram ensinadas coisas positivas sobre tópicos LGBT na sala de aula, sociologia foi a matéria mais frequente, seguida de história e português [...]. (ABGLT, 2016, p. 57).

É um meio possível para discutir diretamente sobre manifestações discriminatórias com pessoas que estão expostas a tais atos e, inclusive, com demais alunos que desconhecem do sobre questões que envolvam sexo, gênero e sexualidade. Assim, o ABGLT (2016) constatou que apenas 13,5% das abordagens realizadas na escola incluíam informações específicas sobre agressões motivadas por orientação sexual e identidade de gênero.

Por outro lado, o ABGLT (2016) aponta a essencialidade de uma equipe escolar que possa acolher estudantes vítimas de violência LGBTfóbica, seja através de psicólogos, professores e outros funcionários que possam dar um efeito positivo ao prestar auxílio a esses alunos, de forma que incentive a aprendizagem e envolvimento na relação aluno-escola.

Verifica-se que o clima escolar depende, em muitos casos, de uma equipe que acolha as demandas sensíveis a pautas LGBTTT, seja através de instrumentos que formam uma política de regulamentação interna nos espaços educacionais, a fim de coibir a perpetuação de bullying⁷, agressão e violência, como declara o ABGLT (2016), ou pela demonstração de empatia ao conduzir a iniciativa de abordar, discutir e trazer à tona estes assuntos sob o escopo de prestar esclarecimentos e suscitar o acesso à informação.

Ademais, o ABGLT (2016) demonstrou também que a adoção destas condutas cria um impacto positivo em casos de evasão escolar, pois o presente estudo verificou que quando a escola respeita a diversidade sexual e identitária dentro de seu espaço, acaba por proporcionar um sentimento de acolhimento, aceitação, segurança e pertencimento social por parte de alunos LGBTTT.

Eu preciso de ajuda. (apelo deixado por uma estudante trans, 16 anos, estado de São Paulo). Eles não me ajudaram a me sentir mais confortável na escola, mesmo que eu tenha pedido (usar o banheiro masculino, nome social...). (depoimento de estudante trans, 15 anos, Distrito Federal). (ABGLT, 2016, p. 61).

Diante de tais obstáculos, é comum que a sociabilidade de pessoas trans se realize nas ruas através do mercado de trabalho informal, uma vez que é por meio desse apoio e recepção coletiva que se compartilha experiências de outros indivíduos que também se encontram em situações de vulnerabilidade.

3.4 Relação de corpos trans no meio acadêmico

Explanar a violenta realidade trans no Brasil foi necessário para adentrarmos na problemática e que seja possível uma melhor compreensão do tema. Analisadas as barreiras impostas pelo binarismo de gênero que age coercitivamente sobre corpos sexuais, veremos a partir de então como se relacionam estes regramentos sociais nas relações acadêmicas de sujeitos transexuais e travestis.

Assim, usaremos breves relatos de três estudantes trans – dois homens e uma mulher – em Belém do Pará, de diferentes instituições de ensino superior da capital do Estado, bem como pelo estudo realizado por Amurabi Oliveira e Keo Silva em *Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior*, que

⁷ Refere-se a um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, direcionados por um ou mais estudantes, de forma repetida, contra outro(a) que não consegue se defender da agressão (ANTUNES; ZUIN, 2008 *apud* ABGLT, 2016).

apresentaram depoimentos de alunos trans em seus respectivos processos de aceitação no ensino superior.

A questão trans nas universidades tem sido alvo de discussão à medida que esta realidade trouxe ao debate a ocorrência de uma espécie singular de violência – a transfobia na academia. São experiências distintas, pois o aluno que sofre agressões transfóbicas não é igual ou semelhante a quem sofre pela falta de recursos financeiros, por exemplo. São níveis diferentes de vivências e dificuldades, onde também podem afetar a presença de minorias trans no ensino superior brasileiro.

No Brasil, Andreia Barreto (2014) preleciona que a universidade representa um importante meio pelo qual o exercício de direito à cidadania e política contribuem diretamente para a melhoria de vida em sociedade. Confere-se como um processo de emancipação, onde a educação superior proporciona ao indivíduo – além de qualificação profissional – o direito ao debate, a liberdades individuais ou, em outras palavras, a participação cidadã enquanto sujeito de uma sociedade que se pauta no Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, Barreto (2014) relata que, segundo o Programa Nacional de Direitos Humanos de 2004, cabe às universidades a promoção de reflexões e discussões quanto às questões de direitos humanos e que, por outro lado, é um ambiente que promove a luta por igualdade de gênero como políticas públicas em âmbito nacional e internacional – a ONU (Organização das Nações Unidas) que elencou como um dos objetivos do milênio a serem alcançados.

Embora a Constituição Federal de 1988, no ano da redemocratização brasileira, instituiu a não discriminação baseado em sexo como princípio constitucional e direito humano, questiona-se aqui o espaço pelos quais o exercício desses direitos são postos no ambiente acadêmico, se há uma relação de representatividade e efetiva distribuição de oportunidades ao acesso ou permanência de uma categoria minoritária de gênero e de diversidade sexual.

Por conseguinte, a política sexual baseada na relação dicotômica do sistema binário, impondo a heterossexualidade como única manifestação aceitável de identidade e exteriorização de poder, contribui significativamente para a exclusão e estigmas do corpo trans em espaços educacionais desde o ensino básico e, como uma maneira de adequar-se a estes espaços, cria-se uma espécie de resistência para impor sua presença nestes lugares que em tese são democráticos.

Com o escopo de refletir sobre vivências trans nas universidades, Oliveira e Silva (2017) buscaram depoimentos de pessoas trans em uma Universidade Pública Federal do sul do Brasil – nome da instituição omissa para preservar o direito de anonimato dos(as)

estudantes – de que fizeram uso de diferentes mecanismos para imporem sua presença em ambientes universitários, onde puderam constatar a possibilidade de empoderamento a partir de experiências e vivências que deram azo ao desenvolvimento de uma identidade coletiva que proporcionou o surgimento de uma rede política no sentido de fortalecer essa comunidade e “desconstruir” discursos conservadores.

A mencionada pesquisa destacou a entrevista de dois alunos: Maria e João, nomes denominados com o fim de preservar a imagem dos entrevistados, do qual utilizaremos como enfoque apenas as entrevistas de Maria (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Na experiência acadêmica de Maria, Oliveira e Silva (2017) dispuseram que a entrevistada relatou que houve uma significativa mudança em seu ingresso na Universidade se comparada à escola; em uma realidade diversa do ensino básico em que sofria discriminações, Maria passou a se impor para continuar presente no espaço universitário, mesmo que ainda tenha sido alvo de violência quanto ao seu nome social, como afere-se do relato abaixo:

E por eu ter entrado como Maria, eu acredito que isso não poderia ser questionada né, porque uma vez que eu estou me apresentando como Maria ninguém tem o direito de questionar se eu sou Maria ou se eu sou João, se eu sou José ou se eu sou Helena. É Maria e ponto. **Mas aconteceu uma situação quando eu entrei na Universidade, que eu lembro até hoje, foi a situação que mais me marcou. De um professor fazer a chamada, e chamar o nome de registro e naquele momento eu não sabia que o meu nome de registro estava lá porque quando eu fui no DAE [Departamento de Administração Escolar], eu pensei que o nome já havia sido incluído imediatamente e daí foi nessa aula que eu tive uma surpresa que o nome não tinha sido incluído no primeiro semestre, ia ser incluído só no posterior. [...] E daí na hora que chamou o nome, foi no automático, eu me manifestei, e daí todo mundo que estava perto de mim percebeu que houve uma manifestação e que aquela pessoa era eu.** Daí uma aluna chegou no final da aula e falou assim pra mim: ‘Ah, eu posso te tratar pelo teu outro nome? Porque minha mãe se chama Maria e ela está muito doente e toda vez que eu lhe chamar de Maria eu vou lembrar da minha mãe doente’, é óbvio que aquilo lá era só uma desculpa pra não respeitar né! [...] Então foi o que mais me marcou dentro da Universidade. (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 18-19 grifo nosso).

Embora a universidade seja um ambiente mais propício a discussões e desconstrução de conceitos sociais arcaicos, ainda é possível verificar a prevalências de certas condutas discriminatórias contra esta população, como no relato supracitado, o direito ao nome social é um problema que perdura desde o ensino básico a educação superior.

Embora a adoção do nome social nas instituições acadêmicas seja algo relativamente recente, a luta política pelo reconhecimento social de identidade de gênero se faz necessária

para impor respeito a um direito que não se adquiriu facilmente, mas sim através de uma árdua caminhada do movimento trans, como relatam Oliveira e Silva (2017).

Como dito anteriormente em relação a ambientes escolares, também se fala aqui da construção de uma rede de apoio para equilibrar e propiciar ao estudante trans um sentimento de segurança, acolhimento e pertencimento social. Nesse sentido, a entrevistada Maria relata:

Olha, estratégia, como Luma diz né, as linha de fuga que eu encontrei dentro da Universidade foi me politizar. Porque quando eu entrei aqui eu imaginava que era uma outra coisa, quando tinha 16, 17 anos, **eu pensava que a Universidade Federal era popular, era o povo, tinha povão, e por conta disso eu ia me dar bem aqui dentro. Quando eu entrei aqui eu vi que era totalmente diferente, que era uma briga de gente grande, e que eu precisava de política aqui dentro pra sobreviver.** Até porque eu poderia muito bem ficar quieta em relação à minha travestilidade, calar a minha boca né, a Maria, todo mundo conhece a Maria, é mulher e ponto. **Ninguém sabe o que eu tenho no meio das pernas, mas pra mim sempre foi muito importante apresentar como Travesti, ou como mulher trans, na época que eu me identificava como mulher Trans. Me posicionava né, porque eu não gosto muito dessa coisa de me identificava. Então essa foi uma estratégia, me politizar,** porque eu sempre fui muito agressiva, eu sempre me posicionei mas eu não tinha os argumentos certos, essa era o meu problema, eu ficava transtornada sem razão nenhuma, e **daí percebi, ‘não, eu tenho que parar, pensar, estudar e me politizar’.** [...] (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 21, grifos nossos).

Nota-se como Maria pôde utilizar de seu discurso político e de sua vivência como meio estratégico para manter sobreviver e permanecer dentro da Universidade (OLIVEIRA; SILVA, 2017), mas que não é suficiente para a participante atuar em movimentos sociais, pois entende que é excluída de certas pautas, como abaixo relata:

[...] eu me recuso a participar de um movimento que minta pras pessoas, e coletivo feminista eu não vou porque como eu sou prostituta e Travesti, as vertentes, elas não me acolhem, porque eu defendo posicionamentos bem marcados, bem firmes, então eu não participo e não gosto, prefiro evitar né. (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 22).

Voltando o olhar para uma realidade mais regionalista, foram entrevistados três sujeitos que se identificam socialmente como transexuais – de idades semelhantes– em Belém-PA, sendo que dois deles pertencem ao gênero masculino e apenas uma como mulher trans. Os participantes estudam em diferentes instituições acadêmicas de ensino, as quais também terão sua identificação omissa para proporcionar o anonimato. O que se perceberá adiante, é que apesar das peculiaridades de vivência de cada um, há determinados pontos que se mostram em comum na narrativa destas pessoas, o qual se poderá dizer que serão típicos da experiência trans.

Desta feita, denominaremos como: Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistada 3, que responderam as mesmas perguntas que nortearam a entrevista, assim como tiveram oportunidade de se apresentar livremente e relatando seus processos de transição entre seu meio familiar e entre amigos, como abaixo transcrito:

Eu me chamo João⁸, tenho 19 anos, estou a 5 meses em hormonioterapia⁹, estudo Enfermagem [...] 4º Semestre, meu relato com a minha família é bem mais positivo que negativo, temos nossos desentendimento em relação a minha identidade, eles sabem que eu chamo João que faço harmonização, mas segundo eles mesmo "não aceitam" porém não fazem nada a respeito, minha mãe é não me apoia, mas tbm não me desencoraja, a medida do possível tenta se manter imparcial, diz q a vida é minha e a consequência das minhas escolhas são minhas tbm, entretanto ta tentando se habituar com o masculino ainda, é um processo difícil como ela mesmo fala, minha irmã me apoia e me respeita. Ainda tenho eles como apoio, apesar de dizerem q não me apoiam, sou grato pela família q tenho! (ENTREVISTADO 1, 19 ANOS).

Eu tenho 18 anos, faço agora faculdade de educação física, na escola em geral até meu segundo ano eu não era assumido, eu me identificava, tinha desconforto e tudo já, sabia que tinha algo ali, mas não sabia identificar o que era, não conseguia chegar pras pessoas e falar 'pô, sou trans e tal, tá acontecendo isso e preciso que vocês me aceitem', então eu passei um bom tempo me entendendo como algo, mas não sabia decifrar esse algo, mas sempre sabia que tinha um desconforto e algo ali que incomodava. Aí no meu terceiro ano, no meu convênio, eu mudei de escola e passei por um período bem difícil no meu segundo ano que cheguei até mudar de cidade, quando voltei eu já tinha feito transição capilar, então tava de cabelo curto e eu já tinha tido contato com pessoas trans, já tinha conversado. E aí eu comecei a me identificar, vendo vídeo no youtube, essas coisas e aí eu comecei um novo ciclo de amizades. [...] esses meus novos amigos sempre me respeitaram. Aí eu fui me aprofundando, me perguntando 'pô, será que é isso ou será a minha orientação sexual é de bissexual ou lésbica'. Aí eu fui e entendi que não era orientação sexual e sim identidade de gênero né. E aí eu vi: 'não, eu sou um homem trans, bem mais que isso e tal, e eu preciso expandir, preciso mostrar pras pessoas e tal, porque se eu guardar isso pra mim eu vou me afundar, eu vou me apertar com isso e vai ser bem complicado. Então, meus amigos me apoiaram desde o início [...] super me apoiaram, me defendiam, sabe, sempre colocaram isso a frente [...] respeitem ele como homem trans, até quando eu não tava preparado pra isso, porque eu tinha dificuldade pra isso e aí eu me assumi diretamente pra minha mãe assim, logo em seguida, em que eu me entendi e falei pra mamãe: 'pô, é isso, preciso que tu entenda, só não quero que tu aceite logo de cara, mas quero que tu saiba pra não ter esse desconforto de tipo tu não saiba o que ta acontecendo.' Então falei logo, pedi compreensão e entendi o lado dela de calma, que ela ia tentar entender e tudo. (ENTREVISTADO 2).

⁸ Nos depoimentos em que os entrevistados se identificaram, substituímos seu nome social por João como forma de manter o respeito à privacidade e anonimato do voluntário.

⁹ Tratamento médico realizado através de hormônios.

Eu tenho atualmente 20 anos, sou aluna do curso de jornalismo. Estou em transição a 6 meses, porém vivendo assumidamente como Ana¹⁰ apenas a 3. A maior dificuldade numa transição de gênero é o apoio familiar porque ele influencia bastante no processo de aceitação da pessoa trans. Uma das maiores dificuldades dessa população é o respeito básico, somos desrespeitadas, mal tratadas e mortas praticamente todo dia. Após o início da transição a gente se dá conta de que a simples ação de você sair na rua ou ir a locais com muita gente (praças, shoppings e etc...). Se torna um desafio. (ENTREVISTADA 3).

Podemos verificar, mediante os relatos acima, que um ponto comum entre pessoas trans é a aceitação familiar e a dificuldade em obter reconhecimento de sua identidade de gênero. Embora se encontre na internet diversos depoimentos de pessoas que sofreram arduamente por sua “peculiar” condição sexual, pode-se afirmar que atualmente a abordagem à diversidade sexual passou a ser mais frequente tanto nas mídias televisivas e virtuais como em lojas de departamentos, por exemplo, que passaram a usar de slogans pró-militância para vender produtos. Há uma mudança de paradigma do que objeto outrora tratado como anormal e doentio.

No que tange às vivências acadêmicas, os relatos mudaram sutilmente:

O processo na universidade foi bem positivo pra minha surpresa! Só vim assumir pra minha turma que era trans e q queria ser chamado pelo nome social no 3º semestre, na frente dos professores do semestre, onde todos foram muito respeitosos, algumas dificuldades no começo pra mudar os pronomes por parte deles, entretanto hoje em dia, tudo normal! Na época o nome social ainda tava em fase de protocolação na universidade, mas os professores sempre me trataram como Arthur, e foram arranjando modos pra q o meu nome social ficasse em chamadas e essas coisas! Foi um semestre surpreendente com certeza! O nome social demorou em torno de uns 5 meses pra poder ser protocolado na universidade. Mas nunca tive nenhum problema até hoje em relação a isso! (ENTREVISTADO 1).

Na faculdade eu entrei e passei no enem com nome de registro, ainda, sendo feminino, que eu não mudei no cartório. Não usei o nome social e enfim, mas logo eu fui me colocando, tipo, nas aulas mesmo não tinha mudado, eu fui falando pros professores: ‘ó, meu nome é Lucas¹¹, muda aí na chama, por favor e tal’. Os professores foram me respeitando e vendo que eu tinha esse poder de, tipo: ‘pô, ele quer respeito, né, vou dar esse respeito pra ele.’ E os meus amigos da faculdade sempre me ajudaram nisso, né, me ajudaram a me impor [...] de todas as formas possíveis. E na faculdade eu sou conhecido como Lucas, ano passado eu joguei pelo time feminino em campeonato geral de atlética e tal, interatléticas, mas esse ano eu já falei: eu vou jogar no masculino, que mudem o regulamento e tal. Porque eu sou homem, entendeu, independente de ser trans ou não, eu sou um homem assim como existem mulheres, independente de ser trans ou não são

¹⁰ Aqui, em respeito à privacidade e anonimato da entrevistada, substituímos seu some social por Ana em seu depoimento.

¹¹ Idem.

mulheres, e eu quero meu direito por igual. Enfim, e fui atrás disso e o pessoal já disse, tanto que vai ter o campeonato próprio da UEPA [...]e eu já tô no time masculino. Enfim, são conquistas né, então tem gente que me chama, tipo assim, a Lucas, já sofri muito preconceito, ainda sofro na rua, transfobia velada, transfobia descarada, transfobia de todas as formas possíveis, mas a gente vai lidando. (ENTREVISTADO 2).

Na faculdade a reação foi bastante positiva, eu recebi apoio de muitos dos meus colegas, 1 ou 2 que são muito conservadores fazem piadinhas e me olham feio, mas são minorias. (ENTREVISTADA 3).

Denota-se que diferentemente do que ocorre nas instituições escolares, os ambientes das universidades têm se mostrado “abertos” em lidar e receber diversidade de corpos sexuais, em seus respectivos processos de identificação social, que se tornou menos polêmico. Embora haja certa facilidade em lidar com a diversidade sexual, que como já dito, a universidade se constitui como instituição social de pensamento crítico e formação cidadã, ressalta-se que por outro lado ainda persiste o discurso conservador como mecanismo de controle, há muito tempo construído.

Assim, nas palavras do Entrevistado 2, denominado aqui como Lucas, entrar em um time de esportes na categoria masculina foi um obstáculo a ser enfrentado na medida em que, mesmo que ele se autodetermine como homem, aos olhares de seus colegas de turma e da própria universidade colocou-o como menina, como transcrito abaixo:

Eu fiz 18 anos esse ano e tinha a galera falava meu nome de forma errada e tal, então eu meio que demorei um tempo pra tirar minha carteira social, o que eu podia ter feito bem antes né. E aí, a galera meio que, só com a minha carteira de nome social, aceitou minha identidade de gênero. E aí eu fui me colocando, ‘pô, eu não vou jogar se for no time feminino e tal, tipo mesmo que o esporte seja minha paixão.’ [...]então eu treinava com as meninas, mas eu era tratado como Lucas, a galera confundia e chamava ‘a’ Lucas, ‘ela’ e eu ficava tipo: ‘ele’, e aí o pessoal pedia desculpas e corrigia. Mas os professores ainda tem muita dificuldades, mas por exemplo, na quarta-feira um professor meu veio conversar comigo para entender se eu era trans [...] eu sou um homem trans, aí expliquei pra ele e ele falou: ‘ah, entendi, desculpa e tal.’ Então assim, ainda tem algumas coisas dentro da faculdade e tal, mas entro do meio em que eu convivo, a galera meio que me protege e eu me imponho, entendeu, mas se eu sair dali é bem complicado. (ENTREVISTADO 2).

As manifestações de transfobia velada – ocorrem quando a violência está tão intrínseca nas relações que não é percebido quando se manifesta, pois é um meio pelo qual a violência não está ligada com a dor física, mas se apresenta através de piadas, por exemplo – é uma reclamação constante no depoimento de Lucas, onde há desconforto e a luta por impor sua presença no espaço universitário:

[...] às vezes a galera bota pilha de outras faculdades, porque a galera fala como se eu tivesse feito isso por escolha pra fortalecer um time, é bem complicado mesmo. Então a gente sofre, querendo ou não, um preconceito bem velado às vezes, tipo a galera fala assim: ‘pô, fulana tem uma perna tão bonita raspada, porque tu não raspas?’, aí eu falo: ‘não, mas tipo, tu não ta me comparando com os meninos, tu ta me comparando com uma menina’, mesmo que eu não tenha problema nenhum em ter a perna raspada ou não, isso não me interfere em nada, mas quando eles vão me fazer uma comparação, eles fazem com as meninas, porque não me fazem com os meninos? [...] um menino cis pode ser baixo quanto ele quiser, mas eu, se eu sou baixo é porque eu sou menina ou alguma coisa assim, então é um preconceito velado bem complicado e a gente sofre isso diretamente em todas as situações possíveis, na verdade. (ENTREVISTADO 2).

O resgate de experiências transexuais a partir dos depoimentos suscitados aqui, as variadas vertentes de discriminações ocorridas no dia-a-dia, no reconhecimento do nome social, da lista de chamada ou na classificação de times de esporte, mostra que a vivência trans nas universidades ainda precisa ser melhorada e usada como pauta de debate, para que só assim seja formada uma consciência e melhoria social quanto a esta problemática.

Ainda que seja um espaço que gira em torno da discussão crítica, seja através de pesquisas científicas ou de eventos acadêmicos que visem discutir temáticas de gênero e sexualidade, se tem certa resistência em determinados âmbitos da experiência universitária para alunos(as) trans, onde alguns escolhem impor sua identidade como forma de exercício de direito e respeito, enquanto outros preferem outros mecanismos de permanência nestes lugares.

Destaca-se o caso da passabilidade, situação em que sujeitos trans se passam por homem ou mulher cis como forma de “disfarçar” sua transexualidade ou travestilidade para garantir sua permanência no corpo social, como alude Fausto Delphino Scote (2017). Conforme cada caso, indivíduos recorrem a instrumentos viáveis para permanecer e fixar sua presença em espaços que lhes são garantidos constitucionalmente, como o acesso à educação e/ou possibilidade de qualificação enquanto futuro profissional no mercado de trabalho formal, mas que pelo teor de discursos conservadores e manifestos de poder e controle de corpos, lhes é dificultado o acesso.

4 O GOVERNO DE CORPOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES E ACADÊMICAS SOB A ÓTICA FOUCAULTIANA

Partindo de uma perspectiva foucaultiana, podemos analisar as hipóteses de controle que construíram o sexo, sexualidade e gênero como formas de manifestos de poder e regramento de corpos desde a Idade Média ao surgimento do capitalismo, quando houve a ascensão da burguesia. Pode-se afirmar que são heranças que influenciaram diretamente as sociedades modernas e proporcionaram a criação de um modelo caótico de convívio entre pessoas, onde se constata o surgimento de diversas problemáticas sociais.

A partir disso, determinadas minorias – homossexuais, os doentes mentais e os criminosos, como Foucault exemplifica – passaram a ser postas às margens da sociedade, sofrendo estigmas e atos discriminatórios afetando diretamente em seu desenvolvimento. Dentre este corpo social marginalizado, estão pessoas que não correspondem ao sistema cisgênero de expressão identitária, a chamada transexualidade ou travestilidade, dando azo à discussão e visibilidade a esta pauta social, tendo em vista a complexidade de mecanismos utilizados para efetivação de políticas públicas e direito à cidadania, configurando um cenário de exclusão de corpos não binários, objeto do presente estudo.

No presente capítulo, analisaremos a influência do conceito de corpos dóceis e do dispositivo panóptico de controle junto às demais colocações de manifestações biopolíticas de poder sobre indivíduos subordinados, que, como bem pontuado por Foucault até aqui, fora através desses aparelhos possibilitou o debate acerca de uma exclusão indivíduos trans, ou seja, os sujeitos desviantes do regime heterossexual de domínio.

Travestis e transexuais se inserem como sujeitos divergentes da norma imposta de gênero – a heteronormatividade –, conduzindo-os como corpos que deverão ser reduzidos e excluídos das convivências em sociedade. São corpos “aberrantes” que comporão os altos índices de mortalidade de brasileiros duplamente vulnerabilizados, pois além de ter sua identidade desrespeitada e serem constantemente violados, são pessoas que em diversos casos não possuem acolhimento familiar, que residem em locais periféricos das cidades e sobrevivem através de empregos precários. Este é o cenário comumente atrelado a transexuais e travestis no Brasil.

São indivíduos que despertam a curiosidade de pessoas desabitadas com a diversidade sexual e que, além deste fator, “despertam” o ódio excessivo, a violência física, verbal, o desencadeamento de ocorrências cruéis de mortes. São pessoas que sofrem estigmas e marginalização com atos sutis de discriminação, seja em espaços públicos, transporte

coletivos e em lugares teoricamente democráticos, como em espaços educacionais de ensino básico e superior.

A instabilidade de relações sociais e carência de vagas de emprego, bem como a insuficiência de tutela de direitos sociais agravam a realidade social de transgêneros, de modo geral, os impossibilitando de encontrar maneiras de vida antagônicas a esta realidade. Contudo, conforme fora demonstrado, existem pessoas que se desviam dessa realidade precária, porém o que se questionará aqui são as formas pelas quais o poder se insere nestes espaços e como poderá exercer controle sobre estas pessoas, pontuando, assim, a teoria foucaultiana sobre as variadas formas de poder e governança de corpos sexuais.

4.1 A formação de corpos dóceis como mecanismo de controle

De acordo com o que já fora explanado anteriormente, um mecanismo pelo qual se manifesta o poder disciplinar é através da construção de corpos dóceis, datando-se que esta tática é utilizada no jogo político desde a Época Clássica, quando o corpo humano se constituiu como uma técnica de poder; assim, a utilidade do corpo ativo passou a ser discutida com o fim de adestrá-lo e recair sobre ele um discurso minucioso ou de poder infinitesimal, onde o domínio age individualmente sobre o indivíduo e não somente sobre massas, como diria Foucault em *Vigiar e Punir*, de 2014.

Neste aspecto, o que se discute é a ocorrência do poder disciplinar como dispositivo que age coercitivamente sobre o corpo, como denotado nas palavras de Foucault (2014, p. 135): “[...] esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplina’”.

A partir disso, Foucault (2014) preleciona que a disciplina constrói uma relação de submissão, obediência e utilidade, considerando a necessidade de dominação para fazer do corpo uma peça da estrutura política que se implantava nos séculos XVII e XVIII; é a definição de corpos dóceis.

Assim, o filósofo francês descreve o surgimento da anatomia política ligada a uma multiplicidade de instituições disciplinares e estratégias meticulosas de controle, que se vão se proliferar na sociedade e englobar campos cada vez mais vastos, que, como já abordado, é um instrumento que funcionará em espaços heterogêneos, como em conventos, quartéis e indústrias, estas que passaram a ser recorrentes com o advento do capitalismo e o claro incentivo que se dava às forças de produção, tirando delas o máximo de vantagens dos

operários e estabelecendo um policiamento a fim de coibir eventuais inconvenientes que pudessem vir a surgir (FOUCAULT, 2014).

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida **adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor**. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplica-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. [...] **A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício** (FOUCAULT, 2014, p. 167, grifos nossos).

É um poder que se manifesta através de mecanismos modestos e vai interferir em todo o corpo social, atingindo espaços maiores, como o sistema judiciário, por exemplo, ou como palavras do próprio autor: “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso do instrumento simples: um olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”, nas palavras de Foucault (2014, p. 167).

Assim, Foucault (2014) preleciona que a efetivação do exercício da disciplina se instaura através de determinados recursos, tais como a *vigilância hierárquica*, exercida por meio de observatórios e entidades hierárquicas; pode-se ver tal relação do encarceramento, em hospitais e escolas, por exemplo, onde toda a estrutura arquitetônica se volta ao controle e adestramento de corpos ou, como descreve Joel Felipe Lazzarin (2007, p. 26): “[...] a eliminação da desordem requer um ponto central na arquitetura, onde, além da vigilância, se pratiquem as funções administrativas de direção controle e verificação”.

Em síntese, Foucault (2014) relata que a vigilância se tornou um especial método para fiscalizar operários e fomentar a capacidade produtiva das indústrias, estando diretamente ligado à economia de determinada sociedade, daí porque se fala em física do poder, pois a manifestação da disciplina ocorre sob uma modalidade mais “visual”, uma ótica que afeta todas as esferas sociais e que está sempre em alerta para ter conhecimento das práticas de seus subordinados e só então aplicar-lhes uma punição, uma advertência, ou seja, para controlá-los:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. (FOUCAULT, 2014, p. 170).

De outro modo, Foucault (2014) comenta que a disciplina também traz outro mecanismo peculiar de punição para corrigir tudo o que está inadequado às normas e corpos desviantes existentes no exército, na escola e em demais entidades: *a sanção normalizadora*,

onde o poder disciplinar vai introduzir o castigo como sistema de melhoria dos indivíduos, esta que se distingue do sistema penal quando o castigo disciplinar lida com dois pontos, negativos e positivos, duas relações dicotômicas que vão incentivar o sujeito a praticar boas condutas – atos condizentes com os regramentos de poder – através de gratificações ou, caso contrário, penalidades.

Em certo sentido, **o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-os umas às outras.** Compreende-se que **o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal**, pois dentro de uma homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais. (FOUCAULT, 2014, p. 181, grifos nossos).

Ademais, Foucault (2014) ainda preconiza sobre o papel do dispositivo do *exame*, que liga as técnicas de vigilância e normalização para especificar e punir indivíduos, bem como forma de conhecimento do indivíduo dominado, pois é este que deve ser visto e “divulgado”, ou seja, o poder disciplinar impõe o que se chama de *visibilidade obrigatória*; a pessoa deve ser exposta ao ponto de o soberano conhecê-la, assim como os procedimentos de exame consistiriam no ritual de registrar documentalmente as informações e identificações de pessoas com o escopo de discipliná-las, onde, inclusive, tais registros eram sistematizados de maneira escrita.

Dá-se o exemplo de hospitais, os quais recorrem a este método para conhecer de seus pacientes, o grau e evolução de doenças, eficácia de tratamentos e o surgimento de possíveis epidemias; ou como em casos de escolas, das quais eram obrigadas a ter conhecimento das capacidades de seus próprios alunos, como declara Foucault (2014).

São motivações como estas que se justificaria o uso do exame, para “a formação de uma série de códigos da individualidade disciplinar que permitem transcrever, homogeneizando-os, os traços individuais estabelecidos pelo exame [...]”, como bem pontuou Foucault (2014, p. 185).

Em síntese, para Foucault (2014) é uma colocação formal do corpo individual como integrante das relações de poder, utilizada, inclusive, para sua fácil localização e controle de informações que a autoridade dominante pode dispor em detrimento de seu subordinado:

Num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e delinquente mais que o normal e o não delinquente. **É em direção aos primeiros, em todo caso, que se voltam em nossa civilização todos os mecanismos individualizantes;** e quando se

quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre lhe perguntando o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer. **Todas as ciências, análises ou práticas com radical “psico”, têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individualização.** (FOUCAULT, 2014, p. 188, grifos nossos).

Aqui, podemos verificar as práticas do sistema de confissão, pois quando se investiga a vida e características do indivíduo, com o máximo de detalhes que se pode obter, segundo Foucault (2005) em *História da sexualidade I*, estamos diante de um controle que, primeiro, nem mesmo percebemos a ocorrência ou a frequência em que estas condutas são praticadas e também motivadas por discursos enraizados que acreditamos ser o ideal.

A segunda forma, como aduziu Foucault (2014), seria que, no que tange às instituições de poder, estamos inseridos em uma estrutura tão solidificada que utiliza de informações pessoais para classificar, estigmatizar e aplicar discursos, muitas vezes ideológicos, com o fim de produzir verdades e controlar corpos sexuais em suas variadas vertentes, podendo ser consideradas desviantes/aberrantes/anormais.

Sob outro vértice, a construção desses discursos que atualmente são tidos como conservadores, bem como são oriundos de uma prática de poder exercida pelos corpos dominantes, fora fixada através de diversos campos sociais, os campos heterogêneos, como constata Foucault (2005), ou como podemos verificar nas próprias palavras do filósofo:

Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio do Estado; ainda melhor, uma questão em que todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. [...] se desenvolvia ao logo de três eixos: o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criança; o da medicina, com a fisiologia sexual própria das mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos. (FOUCAULT, 2005, p. 110, grifo nosso).

Desse modo, explicar-se-á também o processo de criação de estigmas contra o universo trans como possível instrumento de poder, ponto em que os autores Richard Parker e Peter Aggleton (2001) alegam que há determinadas limitações na teoria foucaultiana quanto aos mecanismos de poder; assim, os autores prelecionam sobre o papel do uso de estigmas como ponto interferente entre as esferas de cultura e poder, as quais seriam mais uma forma de controle de corpos para determinar quem são os indivíduos estigmatizados – ou seja, aqueles que sofrerão os estigmas.

O poder agirá como legitimador de desigualdades sociais, uma vez que envolvem interesses que tem o condão de realizar significativas distinções no corpo social, onde os autores suscitam o conceito de violência simbólica, de Bourdieu, ao descrever como um

processo pelo se utiliza de sistemas simbólicos em favor de interesses de grupos dominantes ao determinarem a existência de uma hierarquia como mecanismo de imposição de aceite dos dominados (AGGLETON; PARKER, 2001).

O estigma e a discriminação, portanto, operam não somente em relação à diferença [...] mas até mais claramente em relação às desigualdades sociais e estruturais. De fato, **é possível ver a estigmatização desempenhando um papel chave na transformação da diferença em desigualdade, e pode funcionar, em princípio, em relação a qualquer dos eixos principais da desigualdade estrutural interculturalmente presente: classe, gênero, idade, raça ou etnia, sexualidade ou orientação sexual**, e assim por diante. (AGGLETON; PARKER, 2001, p. 16, grifo nosso).

Pode-se compreender, portanto, que para Aggleton e Parker (2001), o estigma é um instrumento utilizado para legitimar a segregação de indivíduos e para “auto afirmar” a posição dos dominantes sobre os dominados, cuja função se estabelece por meio de um mecanismo repressivo que funciona como alicerce de desigualdades e discriminações sociais, seja qual for o objeto alvo de estigma.

Nesta lógica, entender-se-á que a manifestação de poder em diferentes campos sociais institui os discursos para determinar regras de maneira que seja efetivado o controle de corpos sexuais, inclusive, no que tange aos espaços de ensino: estes construirão outros manifestos de discursos, como será analisado adiante.

4.2 Influência do poder panóptico no cenário trans

Primeiramente é necessário reforçar a ideia de Foucault (2008) ao procurar destituir a ideia de manifestações violentas de poder que comumente são atreladas aos períodos monárquicos, onde, por um lado, o monarca de fato exercia de seu poder soberano para impor regras aos seus súditos, mas o autor também preleciona que estas técnicas de controle não são unicamente repressivas, mas partem de uma ideia de demonstração sutil de regulamentação.

Assim, Foucault (2008) dá azo à ideia de que o poder se exerceria a partir de micro poderes, que como já dito, o Estado não é o órgão que detém unicamente o poder, mas sim, para que se possa exercer efetivamente o domínio sobre corpos, é necessário que as sociedades modernas adotem técnicas minuciosas de dominação, das quais produzirão um saber sobre indivíduos que desviam de normas sociais.

Será a partir desta filosofia política, que o autor francês instaura a noção de poder não como um objeto ou uma propriedade que determinado indivíduo possui e comanda as demais pessoas, mas sim de que este método está em todas as instituições sociais, pois para o teórico,

o poder não é algo palpável, ele apenas se manifesta através de determinadas práticas e atos (FOUCAULT, 2008).

O poder, segundo Foucault (2008), não se manifesta apenas para reprimir indivíduos, mas também exerce uma conduta positiva em sociedade, usando de certa sutileza para disciplinar e adestrar corpos com o fim de torná-los úteis e aumentar a utilidade econômica que eles teriam no sistema capitalista que acabava de emergir. Assim, quando Foucault (2008) relata a história das penalidades, o autor constata que determinadas técnicas não exerciam somente na prisão, mas eram comuns também a outros setores sociais, estes que tinham a mesma finalidade: construir corpos dóceis politicamente para que sejam passíveis de dominação.

Como já retratado no presente estudo, o dispositivo panóptico é um conceito formulado por Bentham para designar um modelo prisional que tem sua arquitetura baseada na forma de um anel, havendo no centro desta estrutura uma torre de onde o vigia fiscaliza as celas da prisão, de maneira que certifique o funcionamento do poder e vigilância sobre os presos (FOUCAULT, 2014).

Foucault (2014) vai descrever que esta torre central possui um caráter distinto em seu método: a vigilância será exercida de modo que a torre detenha uma visão privilegiada em sua arquitetura, para que possa ver tudo, onde nenhuma conduta escapará de sua visão, contudo, quando se dirige às celas, o detendo não deverá saber que está sendo observado, somente poderá cogitar a hipótese que pode estar sendo alvo de sentinela; é um poder que não usará de força coercitiva para estabelecer a ordem, pois é sutil ao ponto de ser obedecido espontaneamente, sendo assim, é um mecanismo que classifica o *panoptismo* como uma máquina homogeneizante dos efeitos de poder.

Ademais, elabora-se uma interessante comparação ao pensamento de Bentham, assemelhando o referido dispositivo à instituição do zoológico, onde o Panóptico representaria a verdadeira estrutura do zoológico, enquanto o homem seria o animal controlado e o rei a figura da divisão singular de determinados agrupamentos, preceitos discutidos por Foucault (2014).

Como ocorreria essa individualização e qual seria a finalidade desta divisão feita pelo poder disciplinar? Para Foucault, que tomou como base a exclusão social de portadores de lepra:

A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto

de técnicas e de instituições que assumem com tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. (FOUCAULT, 2014, p. 196-197).

O panóptico atua como “laboratório” de poder na medida em que sua mecânica de vigilância internaliza no comportamento dos próprios sujeitos, como relata Foucault (2007) e, em relação a isto, podemos assemelhar tal situação à travestilidade e transexualidade, uma vez que por se constituírem indivíduos renegados pela manifestação “atípica” de identidade, têm-se um pensamento sexista reproduzido historicamente, onde já fora internalizado o discurso da obrigação em performar masculinidade ou feminilidade, questões que se determinarão com o sexo biológico da pessoa.

Por outro lado, Lazzarin (2007) sugere que o poder disciplinar só foi possível se estabelecer, como mecanismo de controle do corpo social, com a explosão demográfica que possibilitou a produção destes discursos a partir da lógica de distribuição de dispositivos heterogêneos de controle – família, escola, igreja, local de trabalho e outros espaços –, pois caso o Estado tomasse para si estas obrigações de domínio, o mesmo estaria incorrendo em uma lógica totalitarista de regime, ou seja, uma realidade ditatorial de controle.

À medida que Foucault (2014) relata a existência do Panóptico como poder inerente à vida cotidiana em sociedade ou um manifesto político que incide sobre variadas instituições de controle: na escola, prisão, indústria ou hospital, a toda uma multiplicidade de indivíduos sobre os quais deverão ter seus comportamentos regularizados, ou como aduz o próprio Foucault (2014, p. 200): “[...] é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder”.

O surgimento do *panopticon* veio para instituir uma ordem econômica, produção nas indústrias e moral pública, é um instrumento para “fazer crescer e multiplicar”, como diria Foucault (2014, p. 201).

Destarte, não é um poder pautado na soberania, mas sim na disciplina e na forma pela qual o panoptismo é rápido e eficaz, possibilitando o surgimento de uma sociedade disciplinar que utiliza dessa ferramenta como forma de efetivar a distribuição minuciosa das relações de poder, segundo Foucault (2001).

A “disciplina” não pode se identificar como uma instituição nem como um aparelho; ela é tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 2014, p. 208).

Será, portanto, esta tática de disciplina como Foucault (2014) destaca que habitará nas casas de correções, nos ambientes prisionais, na escola, igrejas e em toda instituição social que poderá exercer sobre o indivíduo uma forma de controle e correção a qualquer traço de anormalidade que possa surgir.

São estratégias como estas que podem ser vistas na exclusão social de pessoas trans, de sujeitos que desviam da lógica heteronormativa e de como o poder disciplinar é imperioso em vincular entes sociais como os verdadeiros responsáveis pela moldagem de indivíduos, a uma relação de “culpa” caso estes sujeitos desviantes tenham manifestações identitárias aberrantes aos olhos sociais.

Assim, é uma realidade que desestabiliza o poder democrático ao excluir travestis e transexuais dos órgãos de proteção e inclusão estatal, como bem pontuou o especialista da ONU, Victor Madrigal-Borloz, ao prelecionar que a garantia de direitos de minorias incorre em umas das bases da democracia, conforme noticiou o site das Nações Unidas Brasil (2019, *online*). Por outro lado, Madrigal-Borloz, ao ser perguntado sobre interseccionalidade de exclusão social de sujeitos LGBTT e outras formas de marginalização social, tais como o racismo e hipossuficiência econômica, o advogado também diagnostica que:

V.M.– A interação de todos esses fatores é basicamente o que cria situações de exclusão estrutural. É muito importante que entendamos que a interseccionalidade é uma ferramenta metodológica para compreender como um número de fatores estão interagindo para criar uma experiência de vida particular, sujeita a extremas e pronunciadas formas de discriminação. **O efeito desses elementos cria uma experiência discriminatória composta. Se você não enfrenta o fato de ser uma mulher, você enfrenta o fato de pertencer a um grupo particular porque (por exemplo) seu nível de educação não te dá acesso a certas coisas.** Uma série de camadas tornam impossível atribuir uma questão a uma única causa. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019, *online*, grifo nosso).

Portanto, é possível relacionar a incidência de dispositivos foucaultianos de controle para tentar buscar as causas e motivos de um mecanismo de marginalização e condutas discriminatórias, as quais acabam sendo recorrentes em especial à realidade brasileira, onde há um processo histórico de desigualdade social.

De outra forma, a chamada “sociedade disciplinar”, que Foucault (2014) entende que o poder disciplinar surgiu não para substituir as demais formas existentes de poder, mas adveio para intervir e se infiltrar nesta relação de poderios, sendo esta disciplina que comanda os efeitos de controles de corpos nas órbitas infinitesimais de poder.

Daí, podemos aferir que os ambientes educacionais de ensino básico e superior demonstram certa capacidade em exercer sobre crianças e adultos determinadas regras, onde

colaboram diretamente com: 1) formação de regras sociais; 2) padronização comportamental que institui um modelo a ser seguidos por seus estudantes; 3) instrumentos de repressão ou de correção às condutas desviantes.

Propõe-se que existe neste cenário uma propensão à criação de estigmas, violências físicas e verbais, bem como o chamado preconceito velado, ou neste caso: transfobia velada, como consta no depoimento do Entrevistado 2. Esta é uma violência que age sutilmente contra travestis e transexuais em todos os espaços sociais por eles frequentados, seja nas ruas, na família, nas escolas e faculdades – mesmo que seja um espaço mais propício ao diálogo.

É a formação do senso comum ou, em outras palavras, a criação de um discurso de poder que exerce sobre tais indivíduos, os quais são coagidos a seguirem determinadas regras sociais para serem aceitos e que tenham direito à vida, para contrariar as estatísticas de mortalidade e marginalização social.

Configuramos-nos como uma sociedade de vigilância regida pela disciplina e pelo panoptismo, os quais produzem uma regra sobre o corpo social, onde “[...] a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos”, como comenta Foucault (2014, p. 210).

Foi ao longo de grandes processos históricos – como o avançado e repentino crescimento populacional do século XVIII e a necessidade de controle sobre o aparelho de produção das grandes indústrias –, que se pôde falar em uma sociedade disciplinar, a qual, de um modo geral, irá regular sucintamente todas as multiplicidades humanas o mais eficazmente possível, motivando o surgimento do poder disciplinar para dominar as grandes massas que emergiam; dentre os critérios metodológicos (FOUCAULT, 2014). Esse poder devia se estruturar de forma que fizesse:

[...] com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracassos, nem lacuna; ligar enfim esse crescimento “econômico” do poder e o **rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos)**, em suma **fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema**. (FOUCAULT, 2014, p. 211, grifos nossos).

Será através dessa disciplina, portanto, que para Foucault (2014) o controle incidirá sobre uma pluralidade de corpos humanos, impondo-lhes que sejam úteis ao sistema de produção, fomentando o lucro e o incentivo da produtividade de setores não só industriais – com o acúmulo de capital –, mas também na construção de um saber escolar, da saúde de

corpos enfermos presentes no hospital, na composição de forças militares; todas essas são formas de falar-se em produção e de exercício da disciplina, esta que fiscaliza intimamente sujeitos individuais e as grandes massas para sujeitá-los a um modelo de “utilidade” na sociedade, regulamentando quaisquer condutas que venham a tentar resistir às suas regras.

A estrutura jurídica que se constituiu a partir da ascensão da burguesia no século XVIII trouxe a este dispositivo disciplinar respaldo para que uma determinada classe se torne legítima a fim de exercer condutas de domínio em detrimentos de setores sociais hierarquicamente inferiores, foi assim que a execução do referido dispositivo incorreu, pois, para regular as grandes massas, foi necessário que tais poderes de controle emergissem em instituições mínimas do cotidiano da vida em sociedade, estando diretamente ligados à formação da sociedade moderna, que se pautou nesta espécie de micropoder (FOUCAULT, 2014).

[...] enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito, segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam. [...] as disciplinas ínfimas, os panoptismos de todos os dias podem muito bem estar abaixo do nível de emergência dos grandes aparelhos e das grandes lutas políticas. (FOUCAULT, 2014, p. 215).

São métodos como esses que também vão possibilitar a construção de discursos com o escopo de efetuar uma exclusão de sujeitos que, caso não estejam em conformidade com as políticas das entidades dominantes, terão sua qualidade de vida cerceada, estando fadados ao fracasso e ao desprezo social.

Há um vínculo direto com a implantação de estigmas de corpos não-binários, motivando sua exclusão de estruturas sociais básicas ou o olhar discriminatório que circunda as vivências destas pessoas, pois, como podemos verificar, são corpos sexuais que não possuem utilidade à sociedade moderna, são sujeitos que apenas terão sua existência aceitável nas periferias das cidades, em bordeis e para práticas sexuais reprimidas.

Torna-se imprescindível associar a marginalização da comunidade trans na sociedade moderna ao falar de um dispositivo disciplinar e do próprio mecanismo panóptico. Com a evolução de pautas e discussões sociais, estes sujeitos tiveram oportunidade de ganhar um pouco mais de visibilidade, embora seja um progresso lento, mas se fixou, por exemplo, que a cada 29 de janeiro, desde 2004, seria lembrado como o Dia Nacional da Visibilidade Trans, como informa as Nações Unidas Brasil (2019, *online*).

4.3 Biopolítica e a presença trans nos espaços educacionais

A busca por políticas públicas e garantias de direitos à cidadania, bem como a dignidade da pessoa humana e demais princípios constitucionais, introduziram na Constituição Federal de 1988 direitos e garantias fundamentais inerentes à qualidade de vida do ser humano, ou seja, procurou-se proteger os indivíduos como sujeitos de direito, lhes sendo assegurados o respeito à sua vida, garantindo-lhes garantias à sua subsistência.

Nesse sentido, a comunidade trans procurou, através de seus movimentos, lutar em prol de direitos de sujeitos que não correspondem à lógica binária de gênero e sexualidade. A luta por diversidade sexual no Brasil, como já fora exposto aqui, caminha a passos lentos na medida em que a conquista do nome em conformidade com sua expressão de gênero, por exemplo, foi um feito significativo para a inclusão e permanência de pessoas inseridas no universo trans.

O discurso conservador que paira em torno desses sujeitos, ou como já fora aludido, este discurso de poder utilizado para controlar corpos encontrou no dispositivo da sexualidade um modo de exercer seus regramentos, isto é, por via de consequências o descaso com minorias proporcionou a construção da realidade caótica e violenta para uma mulher trans, por exemplo, viver no Brasil.

Em uma sociedade em que o considerado normal é o estabelecimento de uma lógica dicotômica de ser “homem” e ser “mulher” com suas respectivas genitálias, não é permitido que neste contexto se insira outras possibilidades existenciais de corpos. Assim, a busca pela equidade entre gêneros traria benefícios não somente à pauta LGBTT, na luta por direito de transgêneros, mas como também possibilidade de dar visibilidade à mulher que sofre formas de discriminação diversas de sujeitos trans, qual seja a violência de gênero.

Destarte, quando Bourdieu (2002) preconiza sobre a violência simbólica de gênero, o autor relata que o exercício da dominação masculina encontrou respaldo nas divisões sexuais de trabalho, se firmando, portanto, em estruturas sociais que outorgaram aos homens a melhor parte, enquanto às mulheres, o labor se dava basicamente em âmbitos domésticos, conforme já fora relatado no presente estudo.

[...] a suposição é de que **a violência simbólica seria uma violência meramente “espiritual” e, indiscutivelmente, sem efeitos reais.** É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que **a teoria materialista da economia de bens simbólicos**, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, **visa a destruir, fazendo ver, na teoria,**

a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação.
(BOURDIEU, 2002, p. 46, grifos nossos).

Além disto, Bourdieu (2002) acredita que a estrutura de dominação está pautada não somente através de um processo histórico, mas também da ideia de que este poder dominante é suscitado e reforçado diariamente por meio da atuação de agentes sociais, dentre eles: a escola, igreja, família e entre outros; são entes como estes em que a violência simbólica irá se manifestar.

Assim, corrobora-se com a perspectiva do poder disciplinar, bem como o dispositivo panóptico, em que distribuem estas formas de poderio em diferentes entes sociais, a partir da ideia foucaultiana de micropoder. São discursos que acabam sendo internalizados pelos próprios sujeitos dominados, como pontuou Bourdieu (2002), e induzindo a prática de dominação simbólica, elevando o status social masculino e “oportunizando” a submissão feminina, daí, atenta-se permanentes resultados que recaíram sobre o sexo feminino.

Como aduziu Bourdieu (2002), são relações que geram a “auto-exclusão” do indivíduo, mesmo que se suscite determinados direitos – direito ao voto, à educação e etc. – e, do mesmo modo, há uma tentativa em imputar a responsabilidade de opressão no próprio sujeito oprimido, como se o mesmo estivesse obtendo alguma forma de vantagem dessa repressão; nesse sentido, mulheres são vistas como objetos, assim como recebem a culpa por supostamente favorecer o poder masculino:

É na lógica da economia de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objeto de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens [...]. (BOURDIEU, 2002, p. 56).

Desta feita, Bourdieu (2002) preconiza que mulheres são usadas como instrumento simbólico, ficando restritas às táticas de políticas masculinas, assim como são reduzidas ao seu papel de produção e reprodução desse capital simbólico em favor do homem; para o sistema de dominação masculina, este é o trabalho social que deve ser exercido pela mulher: uma relação de trocas que as tratam como mercadorias em prol de um benefício de interesses dos masculinos.

As heranças deste longo processo histórico de subjugação e depreciação do gênero feminino tiveram fortes influências na construção das sociedades modernas. Exemplo disso está nas vezes em que um homem cisgênero e heterossexual – que se identifica com seu sexo biológico e se atrai sexualmente por pessoas do sexo oposto – se sente ofendido em ser

comparado a uma mulher, pois na concepção dele a figura feminina representa sinais de fraqueza e feminilidades “frívolas”, de forma que se sintam menos homens ao atingir diretamente sua (frágil) masculinidade.

Tal lógica se aplica à comunidade LGBTTT, quando lhes são proferidos xingamentos e formas de tratamento humilhantes, de modo que o intuito dessas manifestações de preconceito é unicamente no sentido de ofender e destratar-los usando a imagem discriminada da mulher, pois no raciocínio dos dominantes qualquer comparação ao gênero feminino seria prejudicial ou se configura como uma forma de rebaixar sua dignidade.

Contudo, no caso de pessoas transexuais e travestis esta problemática se apresenta ainda mais complexa, pois além de serem pessoas que estão em desconformidade com genitália, são pessoas que sequer são consideradas homens ou mulheres de “verdade”. São sujeitos que carregam consigo o estigma da anormalidade, onde seus corpos não deveriam existir, uma vez que as normas de gênero do sistema binário e heteronormativo da sociedade não são “respeitadas” por estas pessoas.

É uma realidade que irá afetar todos os segmentos sociais, principalmente nos ambientes que estas pessoas frequentam; seja nas igrejas, nas escolas, nos ambientes de trabalho ou, embora seja mais aberta a diálogos, nas universidades: são lugares que ainda é possível encontrar vestígios discriminatórios contra diversas expressões identitárias. Neste sentido, podemos destacar o seguinte livro: *Nós Trans: escritórias de resistências*, de 2016 e que fora escrito por um grupo de pessoas trans que relatam suas experiências, onde podemos averiguar o seguinte relato:

Entrar na faculdade não significou inclusão para mim. Lá dentro, senti mais uma vez a rejeição velada por conta de certa competição e por ter sido sempre umas das melhores alunas de sala de aula. Tive as melhores notas, bom relacionamento com os professores, boa desenvoltura nas apresentações de trabalhos; isso tudo gerou e gera desconfortos na maioria dos meus colegas de sala. O tempo foi passando, fui lidando com tudo isso, mas não foi nada fácil. Houve abaixo-assinados de colegas para eu não usar o banheiro feminino, jogavam bolas de papéis quando eu passava pelos corredores, enfim, eram todas as formas de exclusão ou de rejeições possíveis. À medida que viam o meu potencial, aumentavam ainda mais esses comportamentos. (GRUPOS TRANSCRITAS COLETIVAS, 2016, p. 131, grifos nossos).

De outro modo, a mencionada Resolução nº 12 elaborada pelo CNCD LGBT, o qual proferiu posicionamento favorável à questão de diversidade sexual: que as escolas ampliem seu alcance social passando a adotar o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero do aluno, bem como o uso do nome social normalizado pela escola e o reconhecimento

identitário para travestis e transexuais menores de 18 anos, sendo mecanismos como estes que proporcionam a pessoas trans o sentimento de pertencimento e permanência em determinados locais, como pontuou Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2015).

Conforme expôs Santos (2015), a presença de transexuais e travestis nos espaços educacionais funciona como um acontecimento:

O acontecimento fala por si e rompe com todas as certezas e evidências do que nos parece mais sagrado. Nesse sentido, o acontecimento rompe com a linearidade do tempo, funda um tempo outro no qual presente, passado e futuro coexistem. Desafia as lógicas cartesianas de progresso e evolução, e inventa outros caminhos nunca imaginados. (MAIRESSE, 2003, p. 261-262 *apud* SANTOS, 2015, p. 633).

A promoção de respeito e inclusão de pessoas trans proporciona a estes indivíduos certo conforto em frequentar espaços educacionais escolares e acadêmicos, induzindo as instituições de ensino a pensar em estratégias de inclusão social dessas pessoas (SANTOS, 2015).

Questiona-se, contudo, a lógica de efetivação destes mecanismos de adaptação em favor de uma diversidade sexual nos espaços educacionais, pois como seria exercida a governança de corpos desviantes de maneira que os tornem produtivos? É neste sentido que a autora Santos (2015) questiona a utilização do dispositivo da sexualidade, suscitado por Foucault (2005), como mecanismo de controle a partir das estratégias de inclusão social de transexuais e travestis.

Uma vez que a regra heterossexual de sexualidade e identidade é implantada nos espaços sociais, lidar com pessoas que desviam dessa heteronormatividade se torna um problema na medida em que a transexualidade e travestilidade, no processo de mudança de corpos, dificultam a efetivação de política de controle sexual por entidades dominantes, como problematiza Santos (2015).

É neste sentido que os aparatos de poder disciplinar efetuam suas estratégias de controle de corpos: a partir de entidades heterogêneas de disciplina – no caso do presente estudo, as organizações escolares e acadêmicas de ensino –, onde utilizarão da docilidade de corpos para instituir seus discursos de poder-saber a partir do dispositivo da sexualidade, como preconiza Foucault (2014) em seus ensaios, tal qual esclareceu Santos:

A escola é aqui pensada como empreendimento biopolítico, que implica uma potencialização do governo dos corpos e dos prazeres. Com isso, os agenciamentos biopolíticos da instituição escolar deslocam-se para uma governamentalidade neoliberal, isto é, se a sociedade passa do seu modelo

disciplinar para o controle, a escola passa a ser pautada pela governamentalidade neoliberal. (SANTOS, 2015, p. 640).

Desse modo, Santos (2015) defende a ideia de que há uma construção de discursos no que tange à sexualidade e à transexualidade, sendo estes alvos de uma estratégica biopolítica por parte das escolas – aqui, amplia-se tal perspectiva às universidades, uma vez que também usam de táticas de controle de corpos, conforme foi visto em depoimentos anteriores –, assim, configura-se a prática de poder-saber-controle, a qual vai ser responsável em dar utilidade a corpos sexuados desviantes.

Quando falamos que as manifestações de poder estão nas ínfimas relações cotidianas, podemos seguir o raciocínio de que, no que concerne à exposição de discursos conservadores que darão azo ao que chamamos de ações discriminatórias, como proferiu Santos (2015).

Contudo, quando Foucault (2014) alude sobre o dispositivo da disciplina, podemos entender que nestes espaços sociais criam-se certa resistência ou uma espécie de contrapoder para combater o exercício de uma violência simbólica, onde, neste mesmo sentido, as táticas disciplinares de poder e o uso do dispositivo panóptico tratarão de combater quaisquer atos que venham se sobressair ao seu poder:

Ela deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-las: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios – tudo o que pode se originar das conjunções horizontais. (FOUCAULT, 2014, p. 212).

Ao falar de poder disciplinar, Foucault (2008) entende que a disciplina é uma espécie de poder que não só adentra os indivíduos, como também os fabricam, pois estes corpos são usados como objetos de poder, sendo passíveis de dominação e produção de um saber político que será formulado pelas entidades sociais responsáveis por regular estes corpos – tais como os hospitais, as escolas e as agências prisionais, pontuados pelo autor.

Desta feita, quando Foucault (2008) preleciona a hipótese de saber-poder, onde o filósofo relata que seriam conceitos vinculados um ao outro e que, com a descoberta do dispositivo da sexualidade, a disciplina e o panoptismo não atuam somente sob o fito de controlar o corpo social, seja através da vigilância e outros mecanismos, mas também como forma de regular as populações; assim, insere-se a hipótese de biopolítica das populações, a qual incide sobre a espécie humana.

Poder disciplinar e biopolítica são mecanismos de poder que não se excluem, não se substituem, mas se complementam, pois enquanto a disciplina adestrará corpos individuais, a

biopolítica pautará seu domínio sobre o corpo social ampliado, as chamadas populações; como modo de controlar a vida, a biopolítica foi instaurada para exercer controle sobre grandes massas, de onde começou a necessidade de conhecer demograficamente a sociedade, assim evidenciado por Foucault (2008).

Ressalta-se, ainda por Foucault (2005) que de imediato a lógica do bio-poder teve importante papel na instalação do sistema capitalista, uma vez que foi por intermédio desse mecanismo de controle que se poderia incentivar o mercado de produção, de regulação dos indivíduos e da promoção de força de trabalho nos processos econômicos.

De outro modo, Diniz e Oliveira (2014) aduzem que esta relação entre disciplina e biopoder funcionam de modo que:

Embora o biopoder seja algo novo, ele não descartará a técnica disciplinar, mas integrá-la-á. O biopoder não suprimirá o poder disciplinar, pois, ele está em outro nível na “escala” do poder, ou seja, na medida em que a técnica disciplinar se dirige ao “homem-corpo”, o biopoder se dirige ao “homem-espécie”. (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p. 155).

Será, portanto, em detrimento dos corpos humanos que a biopolítica exercerá suas táticas de poder e domínio, de modo que a análise das relações dos indivíduos e entre o meio social em que vivem serão primordiais para que o poder se constitua, de modo que garanta o equilíbrio da população na sociedade, como preconizam Diniz e Oliveira (2014).

É através desta ótica que podemos constatar que corpos trans não são passíveis de proteção e inclusão, inclusive no que tange aos obstáculos que estas pessoas enfrentam em ter acesso à educação. Uma vez incluídos nas escolas ou nas universidades, sua permanência nesses espaços se mostra, por vezes, um dilema; seja pelo olhar comum de que estas pessoas não pertencem às escolas ou às universidades, pois deveriam, em tese, estar se prostituindo; ou seja, porque atos preconceituosos e discriminatórios – verbais, físicos, onde pode ocorrer a morte – ensejam como empecilhos a efetivação de direitos, como relata o Estadão:

Devido ao preconceito e a baixa escolaridade, grande parte dessas pessoas não consegue uma oportunidade no mercado de trabalho. E, mesmo as graduadas e aptas a exercerem uma profissão de alto desempenho, por vezes são recusadas por sua identidade de gênero, o que não deixa outra opção: muitas acabam na prostituição. “Você tem mais de 90%, isso é um dado da ANTRA [Associação Nacional de Travestis e Transexuais], mais de 90% de travestis e transexuais vivendo unicamente da prostituição. Isso é um aprisionamento social. **A sociedade designou que esses seres humanos não possuem potencialidades para exercer outra função que não seja o trabalho sexual, aí elas são colocadas como objeto**”, critica Angela. (ESTADÃO, 2017, *online*, grifo nosso).

Sob outro vértice, ao suscitar a teoria performativa de Butler (2003), a qual preconiza que as manifestações de gênero serão sempre performativas, pois que as pessoas performam suas identidades em conformidade com sua autodeterminação, a transexualidade e a travestilidade, como já dito, seriam formas de desvios anormais das regras de gênero, onde ultrapassariam os limites de feminilidade e masculinidade e invertem a ordem lógica binária de corpos sexuais, onde, por via de consequência, tais subjetividades confrontariam as normas do poder-saber-controle, como problematizou Santos (2015), ou seja: são condutas que desafiam a ordem natural de gênero.

Por outro lado, Bento (2008) preconiza que a configuração destes estigmas se deve à ideia de que corpos trans não são considerados como “verdadeiros” homens e mulheres, pois que:

Os dois atributos que dão sentido ao feminino, a heterossexualidade e a maternidade, estão presentes nesta definição. Se o órgão diferenciador e qualificador do feminino é a vagina; se a vagina tem como funções a heterossexualidade e a maternidade, logo toda mulher tem vagina, então por este raciocínio as lésbicas não são mulheres e as mulheres transexuais jamais conseguiriam sair da posição de seres incompletos. (BENTO, 2008, p. 29-30).

São questões como estas que geram confusão em tratar sujeito trans, quando, por exemplo, as pessoas ficam relativamente desorientadas em tratar no feminino ou masculino e podendo gerar alguma forma de constrangimento, que como bem pontuou o Entrevistado 2: “[...] então eu treinava com as meninas, mas eu era tratado como Lucas, a galera confundia e chamava ‘a’ Lucas, ‘ela’ e eu ficava tipo: ‘ele’, e aí o pessoal pedia desculpas e corrigia [...]” (trecho de depoimento retirado da presente pesquisa).

Ressalta-se um dado importante no que diz respeito à transição de corpos trans, pois Santos (2010) constatou que quanto mais novas essas pessoas transicionam de gênero, menor o seu grau de escolaridade, sendo possível constatar, inclusive, que a efetiva qualificação profissional de muitos sujeitos trans só é possível quando exercem tardiamente essa “troca” de identidade.

Tal lógica que se aplica a mulheres e homens trans que mudaram suas identidades civis somente após o ingresso a espaços acadêmicos, situação constatada na presente pesquisa em que os três entrevistados transicionaram de gênero somente quando já haviam ingressado em suas respectivas universidades, mostrando a relutância em assumir uma identidade de gênero diversa de sua genitália.

Santos (2010) suscita em sua pesquisa uma multiplicidade de experiências trans, demonstrando que as histórias destas pessoas não seguem uma regra específica, embora encontre muitos eixos em comum por serem indivíduos que estão sujeitos às regras de poder-saber da escola ou universidade.

Assim, conseguir relatos diretos de pessoas que mudaram suas identidades ainda no período da adolescência e durante a fase escolar tornou-se uma tarefa um pouco mais difícil, visto a violência que circundam vidas de pessoas trans, como mostrados anteriormente no índice de violência e mortalidade, como destacamos no seguimento depoimento:

Comecei, então, a repensar minha identidade com 20 anos, quando eu me encontrava estudando em uma Universidade Federal, precisamente na UFG, em Goiânia. [...] Havia ingressado na Faculdade de Letras Português, tive muita dificuldade para me adaptar ao novo sistema de estudo universitário e confesso que até hoje não me acostumei. **Tinha total noção de que a minha permanência na Universidade era inconstante, e que eu deveria aproveitar o máximo de tempo ali. Não existe tamanho privilégio que entrar na Universidade e deixá-la entrar em você,** e foi isso que aconteceu comigo. Nessa altura do campeonato, eu já havia mudado de curso, fui para Letras - Bacharelado em Estudos Literários, e estava amadurecendo, crescendo, enegrecendo meus conceitos e vivências. [...] **Mas como assumir ser uma mulher trans já estando na Universidade, morando longe dos pais, vivendo em um espaço coletivo? Foi quando, no início do ano de 2016, tomei coragem e afirmei publicamente minha real identidade enquanto mulher/travesti negra.** Ali estava nascendo a Rafaela Lincoln, que viveu escondida durante anos dentro de mim, só esperando o momento certo para se sentir “empoderada” para se mostrar ao mundo. (GRUPOS TRANSCRITAS COLETIVAS, 2016, p. 154 e 156, grifos nossos).

De outra forma, conforme já suscitado, a permanência dessas pessoas nestes espaços sociais pode depender do conceito de passabilidade a diferentes manifestações de gênero e sexualidade; esta modalidade de “disfarce” é destituída quando a pessoa trans apresenta sua identidade civil para que se efetuem os trâmites burocráticos no ingresso de universidades e escolas, como relata Santos (2015).

Embora os espaços educacionais de ensino básico e superior tenham adotados práticas de inclusão social de pessoas trans, possibilitando uma modalidade de vida alternativa aos dados nacionais de violência e desemprego que esta marginalizada parcela populacional sofre; ainda têm-se um olhar de genitalização ao procurar a desconformidade biológica de sujeitos trans, como declarou Santos (2015).

No mesmo sentido, Santos (2015) defende a ideia de que nos casos de instituições escolares, constata-se que estas ainda não encontraram formas de tornar úteis, para consumo e produção, os corpos que se desviam do regimento heterossexual, uma vez que a presença

destas pessoas continua causando desordem, forçando o corpo social escolar a encontrar alternativas para “driblar” essa diversidade sexual que residem em suas pendências; a exclusão e preconceitos gerados dentro de espaços educacionais estariam sendo motivados por uma questão de controle e poder frustrados, uma vez que estes não estariam agindo sobre estes corpos.

Ademais, quando Foucault (2005) preleciona sobre o dispositivo da sexualidade, onde este se tornou um importante instrumento para a criação do poder-saber de modo que entes dominantes possam exercer domínio e controle sobre as classes mais baixas, pode-se colocar também que os corpos sexuais desviantes desta lógica de regramentos sociais se aplicam aos sujeitos transexuais e travestis, pois como aduz Ana Larissa Alencar Santana (2016, p. 101): “[...] a sociedade tem um saber que aprisiona o corpo a um discurso ideal do qual é binário ‘homem’ ou ‘mulher’ segundo as características fisiológicas, portanto, não há espaço para um corpo diferente [...]”.

São pessoas que abalam as estruturas sociais da percepção binária de sexo e gênero e que por via de consequências não seriam homens ou mulheres “de verdade”, ou como nos casos de travestis: “ela não é mulher e não homem, ou quem sabe tudo mesmo tempo, sendo uma árdua tarefa classifica-la”, relata Santana (2016, p. 101). Todavia, não se pode ignorar a existência destas pessoas, uma vez que se constituem como indivíduos dignos e passíveis de garantia a direitos humanos, enfrentando problemáticas que negam-lhe acesso a espaços sociais postos como direito de todo cidadão brasileiro.

Através do dispositivo da sexualidade, as estruturas de saber e poder foram tão solidificadas que vemos hoje uma minoria de população frequentando escolas ou universidades; são relações como estas que se constituem como frutos de um exercício de poder enraizado a fim de construir discursos acerca de uma parcela que devia ser marginalizada, tidas como anormais e desviantes das normas sociais.

Embora os ambientes acadêmicos sejam mais propícios em debater a diversidade sexual a fim de destituir um discurso conservador, essas instituições ainda enfrentam determinados empecilhos; como a demora do uso do nome social na lista de chamada, conforme fora relatado no capítulo anterior, que embora seja um direito, não há uma efetiva eficácia quando este processo de mudança tem o período de cinco meses para ser efetivado, como nos foi informado pelos entrevistados.

Destarte, Santana (2016) relata que os ambientes educacionais admitem uma única forma de manifestação sexual, qual seja a heterossexualidade, mas que ainda existem corpos desviantes desta regra – são corpos silenciados “em prol da imposição de determinados

padrões e ideologias de homogeneização e dominação social”. Será a partir disso que têm-se o processo de exclusão social, onde direito à cidadania e exercício de direitos humanos são negados a estes indivíduos “anormais”, predominando a lógica heteronormativa de poder e controle.

Sendo assim, Santana (2016) destaca que as escolas e as universidades devem trabalhar políticas para abordar questões concernentes a sexo, sexualidade e gênero, onde possam desvincular determinadas noções conservadoras, bem como a destituição de discursos de poder que não mais são cabíveis em nossa realidade:

O espaço escolar, incluindo- aqui escolas e universidades, deve ser um local de socialização que agregue a convivência com a pluralidade e as diferenças de maneira saudável, além de ser um local para discussões sobre essas diferenças. Talvez mudança na postura de muitas instituições de ensino e agentes possa “convidar” essas pessoas que se sentem excluídas a voltarem a estudar, a não terem medo de estar no ambiente escolar e sofrerem agressões físicas ou verbais, a poderem usar o banheiro tranquilamente e **principalmente serem tratadas com respeito, como todo e qualquer cidadão.** (SANTANA, 2016, p. 109-110).

Entendemos, portanto, que embora o dispositivo da sexualidade tenha instaurado grandes repressões a condutas “aberrantes”, como considera o senso comum, cabe a nós desempregarmos dessas táticas de poder e controle de corpos, para proporcionar um ambiente propício à diversidade não só sexual, mas como também de manifestações de identidades, escolhas de vida e entre outras questões, para que possamos viver uma sociedade justa, livre e igualitária, preceitos constitucionais ainda difíceis de colocarmos em prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho viu-se que a exclusão social de transexuais e travestis pôde ser explicada por um conjunto de fatores que foram historicamente construídos, como destacamos no primeiro capítulo, tais elementos que permitiram a construção de um discurso da verdade a partir de uma suposta hipótese repressiva em falar sobre sexo. Nesse contexto, instituiu-se um regramento onde não poderia falar abertamente de práticas sexuais na sociedade, exceto em situações as quais compeliavam os indivíduos a expor suas intimidades por meio do mecanismo da confissão; neste viés, o discurso sobre sexo e sexualidade era incentivado.

O mecanismo da confissão, portanto, fora um dispositivo que permitiu a ocorrência do poder de classes dominantes, se pautando na percepção de que sexo e sexualidade poderiam ser usados como instrumentos de controle, utilizando estas confissões para conhecer a intimidade de pessoas sob o fito de manipula-las e construir em torno destas um discurso da verdade, como as disposições heteronormativas para constituir famílias, expressões de identidades e orientação sexual, por exemplo.

Logo, foi possível identificar que a instauração do dispositivo da sexualidade foi um importante meio pelo qual se pôde exercer sobre o corpo social determinada tática de domínio, que se baseava na sexualidade dos sujeitos para pô-los em ordem e rechaçar tudo o que se desviaria de tal regra.

De outro modo, percebemos a existência de uma sociedade disciplinar, que usava o dispositivo panóptico para vigiar e reprimir pessoas que passaram a ser olhadas como sujeitos individuais que deveriam ser reguladas pelas classes dominantes. A disciplina, posteriormente, teve seus instrumentos de controle complementados pelo surgimento do biopoder, manifestação de poder que procurava governar o corpo social como um todo, ou seja, sob uma ótica de populações, onde de forma coletivizada e controlavam as grandes massas populacionais; viria ser instalado o direito de viver ou deixar morrer, é o poder que se pauta nas condições e análises biológicas de seus corpos dominados.

Ademais, também podemos constatar a existência de um poder que não se atrelava exclusivamente através do Estado, mas que também estavam em entidades diversas na sociedade, como nos hospitais, escolas e agencias prisionais. Partindo desta concepção, nota-se que as instituições educacionais – escolas e universidades – possuem o importante papel de moldar indivíduos. No entanto, são ambientes que apresentam discursos limitadores à diversidade de corpos sexuais, pois se norteiam em uma heteronormatividade de expressões

identitárias e orientações sexuais, produzindo práticas discriminatórias sob o fito de coagir pessoas que fogem dessa regra heterossexual.

Nota-se, portanto, como foram expostos no segundo capítulo, que pessoas transexuais e travestis ainda sofrem com determinados atos preconceituosos dentro de espaços educacionais, em especial no que diz respeito às universidades, ambiente que embora suscite o debate sobre a diversidade sexual com o intuito de afastar certos discursos de poder – os quais tentam impor uma “verdade” – a transexualidade e/ou travestilidade continuam a ser vistas como condutas desviantes às normas de gênero.

Para tanto, com o intuito de dar mais veracidade às teorias desenvolvidas, destacamos alguns depoimentos encontrados em índices nacionais realizados por entidades que visam promover direitos humanos no que tange às pessoas trans, bem como em livros e entrevistas que foram realizadas na cidade de Belém-PA, das quais constatamos que embora o cenário esteja mudando – como na permissão do uso do nome social por instituições de ensino – ainda há certa dificuldade em tratar do assunto, pois carecem de políticas para promoção do debate acerca da diversidade sexual.

Assim, firmou-se ao longo desta monografia o posicionamento de que as relações de poder e controle de corpos construídos desde o século XVIII, como Foucault bem pontuou ao longo de seus estudos, ainda se fazem fortemente presentes nas sociedades atuais, das quais podemos ver que determinadas instituições ainda se pautam em um discurso da verdade para impor seus regramentos e adestramento de corpos desviantes às normas socialmente aceitas, por intermédio do dispositivo da disciplina e da biopolíticas das populações, preceitos utilizados para marcarmos que as vivências transexuais e travestis ainda sofrem com esses dispositivos de dominação.

É necessário que se assegurem direitos a esta população vulnerável, de modo que se efetivem políticas públicas de inclusão de pessoas trans nos espaços sociais para evitar o retrocesso e a perpetuação de discursos de “verdade”, conservadores e retrógrados e para que só então possamos falar em justiça social. Para isto, é primordial que esta integração seja realizada respeitando vivências e culturas de minorias, estas que possuem tanto direitos quanto sujeitos que correspondem às expectativas heteronormativas de poder.

Em segundo lugar, para que possamos falar em igualdade social, também se faz essencial que façamos uma reestrutura social e de conscientização para que se permita a integração de diferentes culturas e diversidade de corpos nas instituições incumbidas de governar seus dominados; são questões que motivariam a participação igualitária de sujeitos marginalizados.

A grande inovação da Carta Magna de 1988 foi a incorporação de princípios norteadores da dignidade da pessoa humana, onde elevou-se o apreço e respeito pelo ser humano como um sujeito de direito. Não podemos deixar de observar que em um Estado Democrático de Direito, é imprescindível que direitos humanos devam ser garantidos e respeitados como preceitos fundamentais para a vida digna do indivíduo, o que não é observado quando se trata da comunidade trans no Brasil.

Deve ser incorporado um respeito à diversidade de corpos, com o direito de poder se autodeterminar como diferente, pois somos membros de uma sociedade em que há uma multiplicidade de seres humanos, estes que possuem personalidades e expressões diversas. É um cenário que inviabiliza que regras sociais sejam impostas como produtos da “verdade” e como padrões de conduta; é nesse contexto em que a urgente necessidade de inclusão social de pessoas transexuais e travestis deve ser discutida, para que minimizem a realidade negativa e que elevem-se os resultados positivos que foram pautados neste trabalho.

Entendemos que esta política de conscientização e respeito deveria ser trabalhada desde as escolas, universidades e demais entes sociais que compõem a sociedade como um todo. É uma política que garantirá a inclusão desses sujeitos vulneráveis e tornará a vivência da comunidade trans menos dramática nos espaços sociais, em especial nas escolas e universidades.

Ademais, o direito constitucional à educação, que além de efetivar o direito à cidadania também deve garantir às pessoas certo grau de escolaridade e qualificação profissional, onde, no caso de pessoas trans, estas estariam efetivamente adequadas ao mercado de trabalho formal de modo que não recorressem às ruas e prostituição como único meio de sobrevivência, como comumente é visto.

Será essencial, portanto, que se oportunize o acesso a educação como mecanismo para evitar qualquer exclusão social que possa ser gerado com a falta deste direito, visto que a educação ainda é um importante meio para a construção e desenvolvimento social dos indivíduos, como uma importante política de inserção no mercado de trabalho formal – é a promoção à vivência digna como cidadão.

A inclusão de pessoas transexuais e travestis devem ser realizadas no sistema educacional de modo que debata a existente diversidade sexual, pois a educação é o direito basilar para o desenvolvimento humano, ao pensamento crítico, ao crescimento pessoal e respeito aos corpos que fogem das regras de conduta social; ser diferente é um direito e à existência humana, deve-se, então, reconhecer isto para que possamos viver harmoniosamente em sociedade.

Somente podemos falar em sociedade democrática quando proporcionamos a todos, e isso inclui as minorias aqui apresentadas, direito à igualdade, exercício à vida cidadã, acesso a educação e, em especial, o respeito à dignidade da pessoa humana como princípios que nortearam a promulgação da Constituição Federal de 1988 e para o estabelecimento de um efetivo Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.** [S. l.], 20 jun. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 19 maio 2019.

AGGLETON, Peter; PARKER, Richard. **Cidadania e Direitos, nº 1: Estigma, discriminação e AIDS.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras.** Quaderns de Psicologia, [S. l.], ano 2015, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-moreira/1275-pdf-pt>. Acesso em: 18 maio 2019.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação – ABGLT. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016.

AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de. **Direitos para Alienígenas Sexuais: um estudo sobre a lógica de poder e verdade produzida sobre a sexualidade no campo jurídico.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BARRETO, Andreia. A MULHER NO ENSINO SUPERIOR: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, ed. 6, jul./dez. 2014. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018.** Brasil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais no Brasil (ANTRA), 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra- pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BENTO, Berenice. **BRASIL: PAÍS DO TRANSFEMINICÍDIO.** Brasil: Centro Latino-americano em sexualidade e direitos humanos - CLAM, 14 jun. 2014a. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **O que é transexualidade.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, [S. l.], ano 2014, v. 4, n. 1, p. 165-182, Janeiro - Junho 2014b. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 18 maio de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de mai. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Euclides Afonso; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de direitos humanos da população trans no Brasil**. Uberlândia-MG: Observatório Trans, 2018. Disponível em: <https://wzukusers.storage.googleapis.com/user-31335485/documents/5a4bd0e51c26cuBf611F/Dossie2018.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÕES DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT (Brasil). **Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015**. Brasília, 7 jan. 2015. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao_cncd_lgbt_n12_2015__par_eceer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

DIAS, Bárbara Veloso ; LEAL, Ana Christina Darwich Borges; VERBICARO, Loiane Prado. **Normalização, Poder e Direito**. Salvador: JusPodivm, 2017.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves de. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. *Scientia*, [S. l.], ano 2014, v. 2, n. 3, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/272958254/Francisco-Romulo-Alves-Diniz>. Acesso em: 15 maio 2019.

ESTADÃO. **Transgênero, transexual, travesti: os desafios para a inclusão do grupo no mercado de trabalho**. [S. l.], 10 abr. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 31 maio 2019.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 16. ed. Rio de Janeiro, 2005, v. 1.

_____. **Microfísica do Poder**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

G1. **Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar**. São Paulo, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/aluno-transgenero-podera-escolher-o-banheiro-e-o-tipo-de-uniforme-escolar.html>. Acesso em: 15 mai. 2019.

_____. **Inep diz que 95 transexuais poderão usar nome social no Enem 2014**. São Paulo, 7 set. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2014/noticia/2014/09/inep-diz-que-95-transexuais-poderao-usar-nome-social-no-enem-2014.html>. Acesso em: 14 maio 2019.

_____. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais.** São Paulo, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2019.

GÊNERO E NÚMERO. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.** [S. l.], 17 abr. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/nome-social-e-ponta-do-iceberg-na-vivencia-escolar-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. **Nós Trans: escritórias de resistência.** Belo Horizonte: Litera Trans, 2017. *E-book*.

INFOREGGAE. **Encontro Além do Arco Íris, 06 de dezembro de 2013.** 21. ed. Rio de Janeiro: AfroReggae, 2014. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/InfoReggae-Rio-Ed.-21-Evento-Alem-do-Arco-Iris.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos:** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília: [s. n.], 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2019.

LAZZARIN, Joel Felipe. **Os dispositivos de poder e a construção da subjetividade do excluído em Michel Foucault:** implicações jurídicas e desafios sociais. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2007.

LIMA, Luciana. **Número de profissionais trans cresceu quase 300% nos últimos anos:** Saiba por que isso é uma vantagem competitiva para as companhias e para os profissionais que trabalham nelas. [S. l.]: Exame Abril, 19 jan. 2018. Conteúdo de vocês/a, Exame, Editora Abril. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/os-transexuais-chegaram-no-mundo-corporativo/>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 33, de 17 de Janeiro de 2018.** Brasília, 18 jan. 2018a. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2341/portaria-mec-n-33>. Acesso em: 16 mai. 2019.

_____. **Resolução que autoriza uso de nome social é homologada pelo Ministério da Educação.** Brasília, 17 jan. 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/59221-resolucao-que-autoriza-uso-de-nome-social-de-travestis-e-transexuais-e-homologada-pelo-mec>. Acesso em: 14 maio 2019.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo. **Mortes violentas de LGBT no Brasil:** Relatório 2017. [S. l.]: Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2017.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Especialista da ONU alerta para exclusão estrutural da população trans.** [S. l.], 29 jan. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-alerta-para-exclusao-estrutural-da-populacao-trans/>. Acesso em: 31 mai. 2019.

_____. **ONU Mulheres chama de ‘escândalo’ morte de 23 mil jovens negros por ano no Brasil.** [S. l.], 8 fev. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-chama-de-escandalo-morte-de-23-mil-jovens-negros-por-ano-no-brasil/>. Acesso em: 21 mai. 2019.

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Keo. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís-MA, ano 2014, v. 10, n. 4, p. 11-31, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/8211/5055>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SANTANA, Ana Larissa Alencar. A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período de 2011-2015. **Revista Científica Fagoc Multidisciplinar**, [S. l.], v. I, p. 99-111, 2016. Disponível em: <https://revista.fagoc.br/index.php/multidisciplinar/article/view/105/85>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Caderno de Pesquisa**, [S. l.], ano 2014, v. 45, n. 157, p. 630-651, jul./set. 2015. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2970/pdf11>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **Cartografia da Transexualidade: a experiência escolar e outras tramas.** 2010. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade?:** O desafio do acesso e a permanência de acesso de pessoas transxuais no ensino superior. 217. 152 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9202?show=full>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SILVA JUNIOR, Assis Moreira. **Diversidade sexual e inclusão social:** uma tarefa a ser completada. Franca: Lemos e Cruz, 2014.

TRANS RESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE. **TMM Update Trans Day of Remembrance 2018.** [S. l.], 18 nov. 2018. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado a acadêmicos de Belém-PA

1. Nome:
2. Idade:
3. Como você se identifica socialmente no que tange ao seu gênero?
4. Com quantos anos você começou a transicionar de identidade?
5. Como seus familiares reagiram? Obteve apoio?
6. Qual sua maior dificuldade em começar a transição de gênero?
7. Já sofreu algum tipo de violência e/ou preconceito no ambiente acadêmico em razão de sua condição como transexual ou travesti?
8. Se sim, de qual tipo? Relate.
9. Por parte de quem? Alunos, professores, funcionários ou outros? Especifique.
10. Destarte, você se sente acolhido(a) por sua instituição de ensino superior? Você se sente respeitado(a) por sua expressão identitária?
11. Você poderia relatar alguma situação em que fora vítima de violência e/ou preconceito fora das pendências acadêmicas?

APÊNDICE B – Compilado de respostas dos estudantes acadêmicos entrevistados(as) na presente pesquisa.

Vivências de estudantes transexuais nas instituições de ensino superior do município de Belém-PA			
Respostas em comum	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Já sofreram algum tipo de discriminação na universidade	X	X	X
Se sentem acolhidos no ambiente acadêmico	X	X	X
Já sofreram transfobia nas ruas		X	
Receberam apoio familiar	X	X	
São respeitados por sua identidade social na universidade	X	X	X
Realizaram a transição de gênero após a maioridade (18 anos)	X	X	X